

PN-ABZ-797

**A CRIAÇÃO DO
BANCO DE DADOS DO TIPS**

**KAREN LIPPOLD
DAVID NASATIR**

**DEZEMBRO DE 1994
GUINÉ BISSAU**

RELATÓRIO TIPS #3 P

WP ITC IC 1-c
(Esta tradução não inclui anexos)

ÍNDICE

VISITA À GUINÉ BISSAU POR UM GRUPO DE EXPATRIADOS TRABALHANDO A CURTO PRAZO

1. Sumário e Recomendações	6
2. Cronologia e Narrativa	7
3. Lacunas Existentes no Banco de Dados	11
4. Estratégias para Preenchimento das Lacunas	11
5. Observações	12

LEVANTAMENTO DO IMPACTO DO PROGRAMA - 1993

O QUE É A MATRIZ CGS E COMO ELA FUNCIONA?	i
INTRODUÇÃO	iii
I. FACTORES ESPECIAIS QUE AFETAM O PROGRAMA USAID	1
DEMOCRATIZAÇÃO - Progresso contínuo	1
REFORMA ECONÓMICA - Volta ao Básico	1
TRANSIÇÃO NO PROGRAMA USAID - Do Planeamento à Implementação	3
NOTAS SOBRE ESTE LEVANTAMENTO DE IMPACTO DO PROGRAMA: ...	3
II. PROGRESSO EM DIRECÇÃO ÀS METAS GERAIS DO PROGRAMA	4
III. PROGRESSO EM DIRECÇÃO AO OBJECTIVO ESTRATÉGICO	10
ALVO 1	16
SUB-ALVO 1.1	21
SUB-ALVO 1.2	21
ALVO 2	22
SUB-ALVO 2.1	27
SUB-ALVO 2.2	30
SUB-ALVO 2.3	33
SUB-ALVO 2.4	33
SUB-ALVO 2.5	33
SUB-ALVO 2.6	34
ALVO 3	35
SUB-ALVO 3.1	35
SUB-ALVO 3.2	36
SUB-ALVO 3.3	36
SUB-ALVO 3.4	38

ALVO 4	39
SUB-ALVO 4.1	42
SUB-ALVO 4.2	43

Anexos (Não foram incluídos nesta tradução)

1. Formulário de Revisão Bibliográfica TIPS
2. Estrutura da Base de Dados
3. Uma observação sobre Projectos de Bancos de Dados
4. Lista (Preliminar) de Organizações e Contactos
5. API
6. Exemplo de Relatório a partir da Pesquisa Inicial

A CRIAÇÃO DO
BANCO DE DADOS DO TIPS

KAREN LIPPOLD
e
DAVID NASATIR

Dezembro de 1993

Apoio de Promoção do Comércio e Investimento
(TIPS)
Trade and Investment Promotion Support Project

VISITA À GUINÉ BISSAU POR UM GRUPO
DE EXPATRIADOS TRABALHANDO A CURTO PRAZO

(K. LIPPOLD E D. NASATIR)
30 de Novembro a 1º de Dezembro de 1993

Desenvolvimento de um Banco de Dados Informáticos para
a Avaliação e Relato dos Indicadores de Nível-Meta

1. Sumário e Recomendações

1. Tornar a busca, classificação, obtenção de dados, e apresentação dos dados dos Indicadores do Projecto uma norma geral de procedimento. O projecto e a implementação das rotinas deveriam utilizar o investimento já feito por peritos locais familiares com as metas do projecto que requerem e documentos existentes.
2. Refinar o formulário de revisão bibliográfica do banco de dados do TIPS.
3. Revisar os materiais adquiridos pelo USAID continuamente, incluindo aqueles materiais que não estão incorporados ao catálogos INMAGIC. A revisão deveria ser feita por peritos locais e os resultados incorporados no banco de dados bibliográficos usando o Formulário de Revisão Bibliográfica.
4. Revisar o procedimento de catalogação usado pelo USAID para permitir codificação provisória dos assuntos por um perito local. As aquisições do INMAGIC e os números de catalogação deveriam indicar se a catalogação dos termos designados é provisória ou se a designação já foi revista pelo Director da Missão.
5. Incluir documentos adquiridos pelo TIPS no catálogo INMAGIC, mesmo se os documentos forem arquivados no TIPS.
6. Criar¹ o Banco de Dados sobre Organizações, Indivíduos e Projectos, (conectado ao Banco de Dados Bibliográficos através do campo "keyword" (palavra-chave)).
7. Criar e manter uma listas de "lacunas" no banco de dados (banco de dados).

1

Se a estrutura do banco de dados existentes for revisada, os campos a serem usados para conexão dos dados devem ser revisados de acordo com a nova estrutura.

8. Determinar o responsável por preenchimentos dos brancos nos bancos de dados atuais e propostos.

2. Cronologia e Narrativa

No dia 30 de novembro, o Embaixador John Blacken fez uma síntese do projecto para Lippold e Nasatir e os apresentou à Dra. Julieta Barbosa e Alcala Barbosa, membros temporários do time. Dra Mônica Barosa se juntou a equipe no dia seguinte.

Esta reunião para a introdução inicial sobre o projecto foi seguida por outras com o director da USAID, Mike Lukomski, a primeira das quais foi realizada na terça-feira. Parecia então que não havia uma interpretação única, singular e coerente das tarefas a serem desenvolvidas. Houve alguma divergência no tocante às nossas concepções sobre o nosso Escopo de Trabalho, as expectativas do Embaixador John Blacken e os anseios do director Lukomski. Não foi até na quinta-feira que uma idéia mais clara emergiu com a aparição do documento escrito pelo director Lukomski “Avaliação de Impacto do Projecto” (anexado^T).

Nossa resposta inicial ao nosso escopo de trabalho e aos pedidos do Srs. Lukomski e Blacken foi tentar organizar um esforço conjunto para revisar os documentos disponíveis na biblioteca da USAID. Isto nos deu a oportunidade de estar entre os primeiros a utilizar as poderosas capacidades de pesquisa do catalogador de documentos INMAGIC dentro do directório USAIDLIC.

Nossa primeira pesquisa foi a partir da palavra “arroz” e o sistema do Catálogo INMAGIC buscou o termo em todos os campos (autor, título, assunto, abstracto...) de todos os 337 documentos na colecção catalogada. Vinte e dois documentos relevantes foram identificados através deste procedimento. Quando o dado qualificador (somente documentos publicados depois de 1990) foi adicionado, o número de documentos disponíveis caiu para dez. Quando a palavra-chave “marketing” foi adicionada, o número caiu para quatro. Quando adicionamos o qualificador “dados” à palavra-chave na busca, o número então caiu para zero.

Outras buscas resultaram em zero para a produção pesqueira, mercadização pesqueira, produção de caju, produção de frutas, produção florestal e mercadização florestal. Estas buscas foram feitas com a delimitante que a publicação do documento teria de ser depois de 1990. Mas sem a delimitante “dados” incluídos.

O exame de ítems seleccionados dos arquivos e da informação correspondente ao objecto de nossa pesquisa sugeriu que nossa insucesso em obter um número grande de respostas de nossa estratégia de pesquisa, pode ser atribuída à falta de indexação abrangente dos documentos.

^T Os anexos não foram traduzidos para o português.

7

6

Quando examinamos um exemplar dos documentos do arquivo, encontramos vários que nos pareceram relevantes à nossa pesquisa, mas não haviam sido citadas no catálogo informatizado. Como indicado acima, o sistema não os retransmitiu na busca do computador porque o âmbito completo dos termos apropriados de indexação não haviam sido aplicados quando a catalogação foi feita.

Baseados nessa experiência, decidimos tentar fazer uma busca preliminar de todos os documentos na coleção à procura de dados relevantes à produção do API. A lista de todo o acervo foi feita, fez-se a divisão do trabalho de acordo com a especialidade de cada membro da equipe de e iniciou-se a leitura de todos os documentos foi iniciada.

O trabalho começou na terça-feira, 1º de dezembro e logo nos ficou aparente que algum tipo de mecanismo seria necessário para assistir à produção uniforme e organizada de resultados que seriam de máxima assistência ao Sr. Blacken e sua tarefa de informação sobre os Projectos. Uma revisão dos documentação foi desenvolvida rapidamente desenvolvida através de um esquema produzido antes da nossa chegada por Jessica Glick. Os dados deste formulário pra Revisão de Documentos foram então incorporados ao banco de dados usando-se o programa dBase IV já instalado na TIPS.

Em retrospectiva, talvez teria sido melhor tentar explorar as ricas capacidades do programa INMAGIC usado pelo Centro de Informação da Biblioteca da USAID para nosso propósito. Não ficou imediatamente óbvio, entretanto, como poderíamos alterar a estrutura dos dados do acervo de modo que nos pudesse permitir a inclusão de estatísticas reais de dados económicos e agrícolas assim como referências bibliográficas².

O “formulário de revisão de documentos” do TIPS (veja apêndice 1) foi estruturado de modo a incluir informação bibliográfica que tenha sido incorporada em formato do Catálogo Informático da LABAT-ANDERSON e, em particular, o número do documento. Deste modo, eventualmente, o banco de dados dBase IV sendo construído pela TIPS poderá ser fundido ao banco de dados USAIDLIC, que é acessado pelo programa UNMAGIC.

A característica peculiar do arquivo dBase da TIPS é que ele contém:

termos indexadores especificamente conectados à matriz dos *dados* reais do Setor de Crescimento Crítico (CGS), e os *indicadores* da fonte bibliográfica daqueles dados.

Assim, é possível pesquisar no arquivo a palavra-chave “B3” (uma célula na matriz CGS) e

2

Apesar de se supor haverem soluções mais elegantes, não houveram esforços para encontrá-las. Ao contrário, o formulário de revisão de documentos usado pelo TIPS foi projectado para ser entrado no programa dBase IV disponível tanto nos computadores do TIPS como nos computadores na USAID. O número de identificação do Documento tem um campo específico neste formulário. Em último caso, seria possível criar um novo banco de dados dBase IV contendo alguns, ou todos, os dados da USAIDLIC ao imprimir-se o campo de identificação do documento e o conteúdo de outros campos seleccionados para um arquivo ASCII, que poderia ser então importado pelo formato dBase IV e ser conectado ao arquivo dBase sendo criado pelo TIPS.

examinar todos os dados disponíveis relacionados ao livre-mercado doméstico de frutas, ler sobre qualquer bloqueio identificado pela equipe de pesquisadores associado a frutas e rever os “discernimentos” anexados ao formulário de dados de entrada no momento em que o analista revisasse o documento-fonte.

A revisão dos documentos foi iniciada assim que terminamos o projecto do formulário.

O projecto do banco de dados³ foi completado e a entrada dos dados no sistema foi iniciada na sexta-feira, com uma meta inicial de se entrar aproximadamente cinqüenta formulários de se fazer a revisão de documentos no banco de dados. Este banco de dados representava o conteúdo de pouco menos de cinqüenta documentos, na medida em que muitos documentos produziram mais do que um formulário de revisão (por exemplo, um formulário descrevendo a produção dos dados, outro com dados de envio, outro com dados de mercadização, etc.) Este banco de dados também representava a *revisão* de mais de cinqüenta documentos, já que muitos documentos também continham informação com relevância directa para o Projecto TIPS.

No dia dois de dezembro, quinta-feira, começamos a estender nossa busca para além da colecção de documentos dos Projectos USAID e TIPS. Confiando maciçamente no conhecimento e contactos de Blacken, Lukomski e dos membros locais da equipe, contactos iniciais foram feitos com o Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, que se mostraram bastante frutíferos. Visitas seguintes foram feitas na sexta-feira e a assistência da USAID foi obtida através do acesso formal às fontes de informação desejada.

Um grande passo adiante foi dado na sexta-feira a tarde, quando Lukomski expandiu as informações que nos havia fornecido no encontro inicial. Ele nos informou quais precisamente as necessidades de informação do Projecto TIPS e se tornou claro que o nosso esforço, desta vez, podia somente ser considerado um pequeno esforço que deve ser uma actividade contínua.

Na segunda-feira, 6 de dezembro, havíamos estendido nossas vistas a um número de fontes de dados primários (veja anexo 3). O Projecto Cinturão Verde e o Projecto de Protecção às Colheitas do Ministério da Agricultura foram visitados por Julieta e Mónica. Alcal, Karen e David acompanharam John Blacken numa visita ao Banco Central da Guiné Bissau à procura de fontes originais para dados das contas nacionais básicas.

Da segunda-feira, dia 6 até sexta-feira, continuamos nossos esforços para localizar dados e fontes e dados requisitados para reportagem do TIPS na Biblioteca da USAID e nos Ministérios. Lukomski indicou um número substancial de documentos que ainda não haviam sido incorporados ao catálogo INMAGIC. Apesar de sua possível relevância, os recursos disponíveis

3

Uma cópia da definição dos dados dBase estão incluídos no Anexo 2.

não permitiram uma revisão sistemática deste documentos adicionais. Foi observado que tais documentos estavam aguardando a revisão de Lukomski e a designação de termos de indexação antes de sua inclusão ao catálogo INMAGIC. Tal procedimento “congestionante” poderia (e deveria) ser superado utilizando-se um perito local que designasse termos de catalogação provisórios e permitisse adicionar ou revisar aqueles termos à medida que o tempo permitisse, enquanto o acesso electrónico aos documentos estivesse, ao mesmo tempo, garantido.

Uma breve visita feita por Karen e David ao SOLIDAMI produziu uma lista actualizada de todas as ONGs conhecidas, a nível nacional e internacional.

Na terça-feira, 7 de dezembro, Nasatir e Blacken visitaram Yves J. Tencalla, director da missão do Banco Mundial na Guiné Bissau. Ele disse que é possível que o Banco Mundial feche seu escritório principal no país no final de março, mas que o nosso acesso às publicações do banco Mundial poderiam ser feitas através dos canais normais.

O Sr. Tencalla fez referência à uma pesquisa sobre assuntos relacionados a famílias feita pelo Programa de Assistência ao Gerenciamento no Setor de Energia. Este estudo parece conter informações que poderiam provar serem úteis ao Projecto TIPS para providenciar indicadores de renda familiares e gastos na área de energia⁴. Mais importante, entretanto, foi o fato de que Wilson Cruz, que parece ser o repositório de conhecimento sobre este assunto, conduziu a pesquisa, deveria ser o encarregado de uma nova pesquisa caso ela seja necessário.

30 de outubro de 1996 Um Projecto para uma segunda colecta de dados foi criada, desta vez para resumir a informação ganha a partir das visitas às organizações e entrevistas com indivíduos específicos. Um terceiro formulário foi projectado de modo a entrar o conhecimento ganho através dessa visitas à matriz CGS no caso de um banco de dados for criado para eles mais tarde.

Na segunda-feira, 13 de dezembro, A equipe de trabalho se reuniu para rever o trabalho até então realizado e priorizar as acções para os dias restantes. Infelizmente, não nos foi possível conduzir uma revisão do banco de dados⁵ que havia sido marcado para aquela visita. Atrasamos a identificação das lacunas específicas e continuamos a revisão dos documentos que não haviam sido incluídos no catálogo do INMAGIC e com visitas a alguns ministérios escolhidos.

Apesar de uma questão de saúde ter atrasado o teste do banco de dados na terça-feira, as entrevistas continuaram e, de modo crescente, foram guiadas por um sentido dos membros da equipe de trabalho das possíveis lacunas na informação.

⁴ A pesquisa continha informação que permite o cálculo do gasto de energia *per capita* (tipicamente na forma de madeira ou carvão, mas incluindo todas as formas de energia). O consumo de energia *per capita* tem sido usado em toda parte como indicador de desenvolvimento. Na medida em que tal índice não seja um indicador na economia monetarizada, ele serve como um indicador da qualidade de vida dos pesquisados.

⁵ Para além dos 350 registros, com 25 adicionais por dia.

Tivemos uma reunião com John Blacken e Carlos Jamanca (o especialista em informática na TIPS) na quarta-feira à tarde. Foi demonstrada a capacidade de obtenção dos dados e de informação. Foi feito um esforço para desenvolver um formulário que facilitaria os pedidos de busca de qualquer pessoa que tentasse utilizar o banco de dados, não importando sua nível de familiaridade com a estrutura do banco. A meta da reunião, entretanto, foi esclarecer o papel de Carlos tanto como intérprete quanto expedidor de pedidos administrativos para relatórios extraindo informações do(s) banco(s) de dados da TIPS.

Não foi até na quinta-feira, 16 de dezembro, que nos foi possível rever sistematicamente todo o corpo de trabalho desenvolvido até então pela equipe de trabalho. Um relatório foi então escrito mostrando as informações específicas identificadas por nossa revisão dos documentos existentes e as entrevistas com os oficiais escolhidos. Baseados nessa revisão, os seguintes lacunas foram identificadas.

3. Lacunas Existentes no Banco de Dados

1. Dados sobre a situação de negócios domésticos em áreas rurais
 - Renda Familiar
 - Mudança na situação (Houve aumento de renda?)
2. Preços estabelecidos administrativamente
3. Número de pedidos feitos para abertura de tendas em livre-mercados formais
4. Renda monetária no setor informal/negócios domésticos, parte da produção vendida e parte da produção comprada.
5. Número de pedidos para negócios nacionais e estrangeiros aprovados sob o novo código de investimento.

Os bloqueios existentes ainda não estão completamente identificados; entretanto o seguintes fontes (não-catalogadas) podem ser úteis:

Documento preparado por Eve Crawley,
Levantamento das necessidades Financeiras do Setor Privado da Guiné Bissau; e
Mecanismos alternativos para expansão do acesso ao crédito.

4. Estratégias para Preenchimento das Lacunas

Uma cópia do questionário utilizado na pesquisa sobre famílias ILJF foi localizado e completado, junto com os disquetes com os dados, na USAID. Estes dados podem ser analisados, (utilizando-se SAS ou SPSS) para preencher as lacunas nas informações sobre famílias vivendo em áreas rurais (1 e 4, acima). Entretanto, é preciso notar que há algumas questões concernentes à confiabilidade do conjunto de dados providenciados pelo Banco Mundial e analisados por Nasatir⁶. Se ficar determinado que os dados provêm as informações suficientes com as quais

⁶

Detalhes no Sumário Executivo, actualmente arquivado no escritório da Srta. Carmen Pereira.

possa se trabalhar, serão feitas previsões para que uma pesquisa futura que colete dados para comparação.

Fontes preliminares foram identificadas nos itens 2,3, e 5, mas será necessário apontar um indivíduo para monitorar as fontes dos dados.

5. Observações

Apesar do investimento substancial requerido para sua criação, o sistema dBase IV criado na TIPS durante nossa visita oferece apenas utilidade limitada. Um banco de dados apropriado carece ser projectado a partir de uma base, do zero por assim dizer, para assegurar uma correspondência acurada entre as necessidades do projecto e a capacidade do sistema⁷. É basicamente essencial que um indivíduo seja responsável por supervisionar a manutenção do banco de dados e a produção de relatórios apropriados quando requisitado.

Para atender às necessidades do banco de dados do Projecto TIPS é necessário incluir informações sobre indivíduos, organizações, **documentos** (por exemplo, as referências bibliográficas), **textos** (por exemplo, memorandos e relatórios, idéias e observações) e **dados**. Estes bancos de dados deveriam estar *conectados* de modo a permitir a busca de termos relevantes às metas do programa (crescimento económico, que tem uma base ampla, com orientação para o livre-mercado e sustentável), indicadores da metas do programa (PIB, renda familiar rural), objectivo estratégicos (comércio doméstico, externo e investimentos) e indicadores de objectivos estratégicos.

O sistema dBase IV criado pelo pessoal do TIPS em dezembro de 1993 é uma tentativa de iniciar tal programa. Quase todo o banco de dos consiste de referências a documentos revistos na biblioteca da USAID apesar de algumas das informações nos bancos de dados conterem informações reais de documentos encontrados lá. No momento em que preparamos este relatório a informação adicional que foi colecionada a partir das entrevistas com indivíduos ainda não havia sido entrada no sistema.

O banco de dados do TIPS não tem capacidade especial de ser indexado tanto na dimensão quanto nas células da matriz CGS. Assim, quando do término de nossa revisão dos documentos na biblioteca da USAID, foi possível produzir uma lista de todos os documentos contendo uma referência à célula B3 (processamento de frutas) for exemplo, ou célula A6 (produção pesqueira) assim como uma lista contendo todos os documentos revistos que continham referências à produção, de qualquer tipo, ou de peixe, não importando quais os aspectos discutidos pelo documento.

Neste momento, entretanto, o banco de dados da TIPS **não** está adequadamente indexado para programas as metas ou objectivos estratégicos. Se for decidido manter este banco de dados, ele deveria ser reconstruído para conter tal capacidade.

7

O sistema de gerenciamento do banco de dados é necessário para incorporar texto e dados informáticos além de um sistema bibliográfico actualmente representado pelo sistema USAIDLIC/INMAGIC.

LEVANTAMENTO DO IMPACTO DO PROGRAMA - 1993

12

O QUE É A MATRIZ CGS⁸ E COMO ELA FUNCIONA?

O objectivo estratégico do PROGRAMA USAID/BISSAU é o “Investimento e Comércio no Sector Privado Cresceram nos Subsectores Através do Aperfeiçoamento dos Métodos Administrativos.” Para medirmos os impactos do nosso programa e saber se são positivos ou não, precisamos saber se os níveis de actividade económica dos Subsectores Cruciais de Crescimento (CGS) cresceram durante o período de CPSP. Nós utilizamos a matriz CGS para medi-la.

O crescimento de subsectores cruciais são aquelas áreas na economia da Guiné Bissau que lideram o crescimento da economia. Foram identificadas seis áreas produtivas (arroz, caju, frutas, verduras, produtos florestais e produtos de pesca) que são cruciais para o crescimento económico da Guiné Bissau. Pensamos na actividade económica resultante da produção desses produtos como se fosse dividida em seis áreas: produção, processamento, livre-mercado doméstico, livre-mercado estrangeiro, e comércio e serviços de produtos específicos. Nós adicionamos comércio e serviços na economia em geral para termos uma ideia coerente e holística de toda a actividade económica ao redor destes produtos. Se medirmos toda a actividade económica em torno destas oito áreas para estes seis produtos, terems em mão 65% da economia na Guiné Bissau.

Uma representação gráfica destas oito áreas de actividade económica dos seis produtos é a Matriz CGS.

Áreas de Actividade Económica dos Setores Cruciais de Crescimento (Matriz CGS)		Produtos CGS					
		Arroz	Caju	Frutas	Hortal.	Florest.	Pésca
		1	2	3	4	5	6
Produção	A						
Processamento	B						
Mercadização Doméstico	C						
Mercadização/Exportação	D						
Comércio/Geral	E						
Comércio/Produtos Específicos	F						
Serviços/Geral	G						
Serviços/Produtos Específicos	H						

Cada quadrado (campo) na Matriz CGS contém uma medida ou medidas da actividade económica do sector privado. Por exemplo, o quadrado B2 contém alguma medida da produção do caju. Os campos E e G contém medidas para o Comércio em geral e Serviços em geral, respectivamente. Pode se assim imaginar esta matriz se estendendo para a direita para se juntar às colunas adicionais à medida que outros produtos são adicionados à tabela. Eventualmente, assim se poderia descrever toda a economia guineense. Entretanto, a Matriz CGS é restrita aos seis tipos de produtos cruciais para o crescimento da Guiné Bissau.

8

Nota da tradução: A nomenclatura CGS - Critical Growth Sub-sectors (Subsetores Cruciais de Crescimento) foi mantida no original, pois o acesso às informações do banco de dados será, possivelmente, feito através da sigla “CGS” em inglês, e não através da sua tradução para o português, “SCC.”

INTRODUÇÃO

Melhor Controle Conduz ao Crescimento Económico

O título dessa introdução resume bem o programa desenvolvido pela USAID/Bissau. A Guiné Bissau está saindo de uma economia fechada, controlada por um único partido estatal, para uma economia aberta, de mercado e um governo de participação, eleito democraticamente. Tal transição, que seria difícil por si própria, seria impossível (e certamente não-sustentável) se o povo guineense não estivesse se mobilizando para criar e fortalecer suas instituições e os processos de tomada de decisão que caracterizam um governo democrático: políticas governamentais discutidas abertamente; legislações propostas e debatidas pelo corpo de representantes do poder legislativo; regulamentações que implementam leis aprovadas pelas partes mais afetadas e cumpridas dentro de parâmetros justos. Aqueles que estão conduzindo as mudanças em Guiné Bissau perceberam que cada uma dessas instituições e processos de tomada de decisão devem estar em posição a permitir que o governo tenha um papel eficaz ao invés de ter um papel limitador ou obstrucionista que possa causar danos a uma economia baseada na livre iniciativa.

Esta ligação de melhor controle que leva directamente ao crescimento económico é o ponto central do programa USAID/Bissau. Através do nosso programa capitaneador, o Projecto TIPS, estamos apoiando o desenvolvimento de políticas participatórias e melhoradas; preparação competente e debate participativo sobre legislação e regulamentos; melhor treinamento para o poder Judiciário independente, assim como outros canais de adjucação; estímulo às associações do setor privado que assegurarão que o governo mantenha os interesses do setor privado em mente. Todas essas actividades refletem e se somam às mudanças que já estão ocorrendo na sociedade guineense: o que estamos fazendo é somente "prestando assistência." Para focalizar nossos esforços e consistentemente promover os benefícios económicos de melhor controle, todas as actividades do TIPS estão relacionadas às políticas, leis, regulamentos, cortes e associações cívicas que estão envolvidas no sector de comércio e investimentos cruciais para o crescimento rápido da economia: arroz, cajú, produtos de pesca, produtos florestais, frutas e verduras, comércio e serviços (Subsectores Cruciais de Crescimento - **CGS** no original, "Critical Growth Subsectors"). Nós acreditamos que os guineenses que virem as recompensas económicas imediatas da democratização jamais desejarão voltar àqueles maus velhos tempos.

Assim o Calendário de Tarefas, sobre o qual relatamos neste Levantamento de Impacto do Programa, tem como seu Objectivo Estratégico o "Crescimento de Investimento e do Comércio do Sector Privado nos Subsectores Cruciais Através de Controle Aperfeiçoado." As metas, que progredem em ordem lógica de acordo com o compromisso firmado com o Biró na África quando da aprovação da Estratégia do Programa em maio de 1992, requerem a criação de uma plataforma de pesquisa, análise e planejamento da reforma da estrutura de comércio e investimento; aperfeiçoamento e criação de um ambiente participatório de desenvolvimento de políticas, leis e regulamentos; melhorar a adjucação de conflitos quanto a leis e regulamentos, através da reforma no sistema jurídico; melhoramento da habilidade das associações do sector privado de reagir ao governo e não somente responder activamente, mas participar na formulação de mudanças nas políticas, leis e regulamentos.

A USAID está enfatizando ainda mais a consolidação de novas democracias. Nós acreditamos que o programa USAID/Bissau é excelente exemplo de um programa de controle que saiu das pranchetas de projectos e está realmente sendo implementado em um país em transição. Estas lições que estamos apreendendo serão válidas para todos aqueles interessados em como governar.

Abaixo temos um exemplo mais concreto de como tal conjunto de medidas pode ser mostrado nas 38 células da Matriz CGS. Se quiséssemos pesquisar cajus somente, procuraríamos o nível de actividade de cada uma das áreas específicas relacionadas a caju. Para se ter uma ideia do progresso (ou não), da Matriz CGS teríamos de observar essas medidas durante um certo período. Deste modo, os campos A2-D2, F2 e H2 apareceriam na tabela abaixo.

CGS: Caju		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Indicadores, por Área de Actividade Económica								
Produção: Valor da Produção de caju	A2	Nível-base						
Processamento: Valor do Caju depois do Processamento	B2	Nível-base						
Mercadização: Valor do Caju no Mercado Doméstico	C2	Nível-base						
Mercadização/Exportação: Ganhos com a Exportação do Caju	D2	Nível-base						
Comércio/Cajus: (uma medida para apoiar o comércio de cajus)	F2	Nível-base						
Serviços/Cajus: (Uma medida para apoiar os serviços para cajus)	H2	Nível-base						

Não existe nenhuma conclusão final que possa ser obtida a partir de uma tabela como esta. Mas ela demonstra se o sector de caju esta crescendo ou não. Se o setor estiver crescendo, e os outros cinco sectores também estão, isto é sinal de que o CGS está crescendo e que, em última instância, estamos atingindo nossos Objectivos estratégicos e os guineenses estão com nível de vida melhor.

Uma advertência àqueles que olham a Matriz CGS com um saudável cepticismo. Esta não é, de forma alguma, uma matriz do tipo entrada/saída. O nosso propósito não é fazer computação entre as células nem uniformizar os indicadores entre as células. A matriz não é uma ferramenta matemática; ao contrário, é uma ferramenta conceptual de medição auxiliar para nos ajudar a pensar sobre o progresso e fazer o seguimento do progresso das áreas mais importantes da economia da Guiné Bissau. É ao encontro destas áreas económicas que a nossa governança e outras actividades do sector privado devem ser focalizados, de modo a se trazer rápidos retornos para melhoramentos na governança para o povo guineense.

Relatório sobre a CGS Matriz: Um Método Inovador

As missões da USAID, especialmente no Biró na África estão acostumados a se fazer esforços e a fazer relatórios de impactos a nível da população. Companhias contratadas não. Seus objectivos e sistemas de recompensa são diferentes dos nossos. Essas divergências de objectivos são geralmente resolvidas fazendo-se que os prestadores de serviços sejam responsáveis pelas entradas de dados em um projecto enquanto, ao mesmo tempo, o impacto a nível da população continua a ser de nossa responsabilidade. Com o projecto TIPS, a USAID/Bissau passou a usar um método diferente, tornando nossos prestadores de serviços responsáveis pelo impacto do seu trabalho sobre a população de Guiné Bissau, através dos níveis de actividade económica nos sectores cruciais de crescimento. O "objectivo principal do contrato" mestre do TIPS é "Aumentar os níveis de actividade económica sustentáveis no sector privado (C&I) em cada uma das 38 células (elementos) da Matriz CGS." O sucesso ou fracasso do contratado será medido através de quantos níveis de

actividade económica sustentável do sector privado crescem ou decrescem nas 38 células da Matriz CGS. Sob a TIPS, os objectivos, cuja definição não deixa nenhuma sombra de duvida dos nossos contratados são os mesmos que os nossos.

Para assegurar que o serviço prestado pelo contratado está sendo eficiente, exigimos que o contratado responda à USAID/Bissau anualmente quanto aos requerimentos das metas do contrato (ou seja, as metas do Projecto TIPS), o "objectivo principal do contrato", e a agenda de planeamento estratégico/analítico. Os relatórios quanto às metas do projecto serão idênticos à seção II deste Levantamento de Impacto do Programa. Relatórios sobre os objectivos do contrato também relatarão quanto aos níveis de actividade históricas e atuais da Matriz CGS, que a USAID/Bissau traduzirá como relatórios que servirão ao Objectivo Estratégico para o Levantamento de Impacto do Programa. Relatórios sobre a agenda de planeamento analítico/estratégico serão divididos em duas categorias: potencial para níveis maiores de actividade na Matriz CGS e bloqueios ao crescimento dos níveis de actividade na Matriz CGS. A categoria bloqueios será dividida nas seguintes categorias: 1. Políticas, 2. Legal/Regulamentação, 3. Judicial/adjucação administrativa, 4. Assistência Directa. A TIPS também preparará relatórios de meta e Sub-metas quanto ao Programa Calendário de Tarefas.

Desta forma, estabelecemos um sistema através do qual o contratado nos providenciará toda a informação que precisamos para gerenciar o programa de modo a levá-lo ao sucesso (impacto positivo a nível da população) e preparar nosso relatório Levantamento de Impacto do Programa para o USAID/Washington. Achamos que esta é uma maneira inovadora no qual nosso contratado não está apenas motivado pelos requerimentos contratuais da apresentação de relatórios, mas pelo requerimento do contrato de se obterem impactos à nível da população. Assim, os contratados descobrirão que eles precisam destes relatórios de impacto tanto quanto nós. TIPS iniciará suas operações de campo em janeiro de 1994. O primeiro relatório que abrange as área anotadas nos parágrafos acima deve ser apresentado em março de 1994. Relatórios anuais regulares deverão ser iniciados a partir de setembro do mesmo ano. Para este Levantamento de Impacto do Programa estamos utilizando nossos próprios recursos e sistema de informática.

I. FACTORES ESPECIAIS QUE AFETAM O PROGRAMA DA USAID

A Guiné Bissau continuou sua transição política e económica em 1993. Apesar de um progresso inquestionável ter sido realizado em ambas as frentes, muito ainda precisa ser feito para que o povo guineense tenha confiança de que o governo poderá implementar uma reforma económica completa e uma eleição democrática justa e transparente. A USAID identificou os seguintes processos, todos encaminhados, como os factores mais essenciais para a execução do nosso programa: Democratização, Reforma Económica e Transição na USAID. Atraso significativo ou reversão de quaisquer destes programas terá um efeito negativo no nosso programa.

DEMOCRATIZAÇÃO - Progresso contínuo: A Guiné Bissau fez progressos admiráveis na liberalização política desde o período de economia centralizada/partido único (1974-89) que seguiu à guerra de libertação contra os Portugueses. Foram feitas emendas na Constituição para permitir democracia multipartidária, livre imprensa e sindicatos independentes com direito à greve. Actualmente há 12 partidos legalizados que planejam concorrer às eleições em março de 1994 para o legislativo e para a presidência. A lei dos direitos humanos tem 3 mil membros. Há um activa Câmara de Comércio e outras instituições cívicas que participam activamente das discussões sobre políticas (Leia Metas 2 e 4). Ainda há problemas, incluindo violações de direitos humanos. Mas as mudanças que desde o período Marxista-Leninista são substanciais e podem ser consolidadas através de eleições livres e independentes e de um judiciário fortalecido.

Chegar a este ponto não foi fácil. Os passos, desde o Ano da Democracia (1991), em direcção à primeira eleição presidencial e legislativa foi vagaroso. Cada elemento necessário (mudanças na Constituição, legislação eleitoral, estabelecimento de uma comissão eleitoral, censo eleitoral para criação do eleitorado, etc.) foi debatido extensivamente entre a oposição e o governo. As datas das eleições foram adiadas para 1992 e, mais especificamente, para o quadro de novembro/dezembro de 1993 e para a data específica de 27 de março de 1994. Não é claro ainda até agora, que esta data se concretizará. A posição dos Estados Unidos é de suporte ao movimento do processo mas não há nenhuma preocupação quanto a datas. O povo guineense é quem deve chegar a esta eleição, com os seus próprios passos; e é melhor que um processo justo leve à aceitação geral dos resultados das eleições.

A USAID tem condições de prestar assistência ao governo eleito democraticamente e, em particular, à Assembléia Nacional e ao novo judiciário independente, com assistência técnica e treinamento do TIPS. Temos sorte de termos nos preparado com antecedência para darmos assistência ao fortalecimento de uma nova democracia.

REFORMA ECONÓMICA - Volta ao Básico: A curta história de independência da Guiné Bissau (desde 1974) é dominada pelos anos de socialismo, de economia controlada, e de governo e partido único. Era proibida a posse privada do solo, subsolo, água, minerais, florestas recursos energéticos, produção industrial, infra-estrutura, transporte, informação e comunicações, bancos e seguros. Para um país com recursos mínimos e consideráveis danos causados pela guerra, esta não era uma política económica sabiamente escolhida. O Governo da Guiné Bissau começou a reconhecer em 1983, que a economia controlada não era um modelo efectivo de desenvolvimento em nenhum lugar do mundo nem na Guiné Bissau. Por volta de 1987, ficou dolorosamente demonstrado que a Guiné Bissau estava ficando para trás em termos de desenvolvimento. A liberalização da economia guineense foi lançada de fato com a assinatura de um programa de ajustamento estrutural (SAC-I) com o FMI/Banco Mundial. A reacção da economia, de longa data suprimida, foi imediata e dramática. O crescimento do Produto Interno Bruto pulou para 5,8% ao ano entre 1987 e 1989. Crédito para um segundo ajustamento estrutural foi negociado em 1989 (SAC-II). Enquanto o Governo da Guiné Bissau já havia passado por alguns momentos difíceis com as instituições Bretton Woods devido à falta de cumprimento com condições-chave, os efeitos dos programas de ajustamento estrutural foram indubitavelmente positivos, particularmente na reforma do comércio e liberalização de preços. Uma economia que estava imobilizada foi reinvigorada e agora cresce de 3 a 6% ao ano. Foi dada nova vida à iniciativa privada, apesar de ser ainda, em sua maioria, informal.

A maior dificuldade do governo com a reforma económica tem sido com questões monetárias/crédito das políticas. A estabilização da macroeconomia ainda é um sério problema. Uma política monetária/crédito expansionista, originária da inabilidade do governo em manter gastos sob controle, resultou em uma inflação de 87% em 1992. Tal política é perigosa para um país cujo peso da dívida externa é aniquilador, -- em 1993 o serviço da dívida externa foi de aproximadamente 48 milhões de dólares, duas vezes o valor estimado das exportações. Tanto o SAC-I quanto o SAC-II tentaram tratar dessa questão, mas o Governo da Guiné Bissau continuou a cometer "erros" nas políticas levando eventualmente a longos atrasos no desembolso da terceira parcela e, finalmente, a colocação de Guiné Bissau num programa-abrigo (actualmente em operação). O programa-abrigo foi criado tendo-se em mente tratar das questões básicas de experiência em gerenciamento e implementação necessárias para que o Governo da Guiné Bissau pudesse administrar suas finanças, enquanto continuasse a se esforçar para implementá-las. USAID/Bissau arguiria que outro requerimento é que as políticas fossem completamente analisadas de modo participativo, para que o Sector Privado da Guiné Bissau pudesse oferecer suas opiniões quanto às mudanças na política; é isso que estamos tentando fazer através do Projecto TIPS.

Enquanto se esperava que muito pouco progresso pudesse ser feito dentro do programa-abrigo quando ele foi negociado na primavera de 1993, a revisão anual do FMI/Banco Mundial em novembro de 1993 concluiu que o governo estava fazendo progressos significativos e que deveria encorajar o seu replanejamento pelo Clube de Paris (c.f. 93 Bissau 03019). Em resumo, o equipe de trabalho achou que o crescimento de 3% ao ano é ainda positivo, que o Governo da Guiné Bissau está conseguindo controlar os gastos e está tomando medidas apropriadas para aumentar a renda. A equipe de representantes do Banco Mundial demonstrou progresso por parte do Governo da Guiné Bissau no estabelecimento das ferramentas básicas para o gerenciamento de suas finanças, do seguinte modo:

Reforma do Orçamento - o governo agora tem um sistema através do qual todos os requerimento para a aquisição de fundos dentro do governo passam pelo Escritório de Contador Público do Ministério das Finanças, que registra o pedido, determina se os fundos estão disponíveis ou não. Se há fundos disponíveis, envia a conta ao Tesouro, que envia o pedido ao Banco Central, que o paga do modo que for possível (normalmente imprimindo fundos).

Reforma do Serviço Civil - Dois passos importantes -- dispensa de servidores civis e automatização do serviços de pagamentos -- serão feitos de maneira mais racional uma vez que o censo dos servidores esteja terminado. No presente é difícil dizer quem trabalha para o governo. Cada ministério também está preparando uma lei orgânica (um documento que explica a estrutura e a função de cada ministério), para ser combinada ao decreto organizacional que envolverá todo o governo.

Gerenciamento da Dívida - o Ministério das Finanças está criando um banco de dados para determinar precisamente o montante de suas dívidas e credores. O governo está buscando um encontro com o Clube de Paris para reorganizar o calendário da dívida bilateral. No presente, somente os serviços das dívidas multilaterais (ao IBRD, FMI, e ADB) estão sendo pagos.

Coletas Fiscais - O governo informatizou o serviço de alfândega, de modo que possa coletar os fiscais atrasados que são devidos por importadores.

Privatização - Sete firmas já foram privatizadas até agora; mais três serão privatizadas nos próximos seis meses. Uma complicação surgiu no processo de leilão: credores privados com quem o Governo da Guiné Bissau tem dívidas estão incluindo os montantes devidos como parte do pagamento de seus propostas aceitas. Entretanto, o governo está desapontado por não receber capital novo, que foi uma de suas principais motivações para a privatização.

Os conceitos básicos de governo -- é isso que o Governo da Guiné Bissau e as Instituições Bretton Woods estão buscando neste momento. É um sinal muito positivo para nosso programa, em que um Governo capaz de manter sua própria casa em ordem é um Governo menos capaz de causar danos ao nascente Sector Privado da Guiné Bissau através de políticas equivocadas.

TRANSIÇÃO NO PROGRAMA DA USAID - Do Planejamento à Implementação: Durante os últimos dois anos, a USAID/Bissau partiu do estágio de intensa planificação e desenho do projecto para o estágio de implementação. O plano estratégico do programa da USAID para o país e o Documento do Projecto TIPS foram aprovados em maio de 1992. O PP do Projecto TIPS é o CPSP e o Propósito do Projecto TIPS é o Objectivo Estratégico do Programa. No curso da aprovação do PSP, USAID/Washington sugeriu mudanças no esquema do programa. É este esquema do programa modificado que estamos relatando neste Levantamento de Impacto do Programa. O RFP para o Contrato Principal do TIPS foi publicado em 1993 e o contrato foi outorgado em julho de 1993 por um consórcio liderado pela Labat-Anderson, Inc. A equipe de assistência técnica de longo prazo acabou de preparar seu primeiro plano de trabalho. A equipe é excelente e bastante experiente (liderada por um ex-embaixador na Guiné Bissau). A equipe toda deverá estar pronta para os trabalhos em janeiro de 1994, que é o início oficial da acção do TIPS. USAID/Bissau empregou o tempo entre a aprovação do PSP e a chegada do equipe suprimindo fundos para vários estudos e análises (leia meta #1), assistindo as equipes de trabalho de reforma, (leia meta #2), pressionando por uma reforma judiciária (leia meta #3) e assistindo associações do Sector Privado a iniciarem suas actividades (leia meta #4). Utilizamos várias fontes de fundos (PD&S, projecto IPC, 116(e), etc.) para essas actividades. Também cuidamos de vários detalhes logísticos para o início dos trabalhos da equipe TIPS. Em resumo, fizemos a instalação do TIPS de modo que o contratado não precise perder tempo "para colocar as coisas em andamento." No momento em que chegarem, podem começar a trabalhar à toda força e oferecer seus serviços ao novo governo eleito em eleições livres.

NOTAS SOBRE ESTE LEVANTAMENTO DE IMPACTO DO PROGRAMA: Como este é o primeiro relatório que fazemos desde a aprovação da Estratégia do Programa, descobrimos que há alguns indicadores que já não se aplicam à situação da Guiné Bissau. Descobrimos que há outros que são impossíveis de coletar e ainda outros que estão aguardando a coleta por um contratado da TIPS. A TIPS requiere que seus contratados providenciem relatórios de impacto extensivo à Missão (Introdução a este Levantamento de Impacto do Programa), mas a data de apresentação do primeiro relatório não é até 15 de março de 1994. Assim, o primeiro Levantamento de Impacto do Programa contém indicadores do progresso das metas do governo. A opinião da USAID quanto a esses indicadores é bem-vinda, assim como sugestões de mudanças que reflitam a situação em Guiné Bissau.

II. PROGRESSO EM DIRECÇÃO ÀS METAS GERAIS DO PROGRAMA

**CRESCIMENTO ECONÓMICO ORIENTADO AO MERCADO
COM BASE AMPLA E SUSTENTÁVEL**

USAID/Bissau está seguindo um número de indicadores macroeconómicos sobre o período CPSP para assegurar que nossas suposições sobre a economia da Guiné Bissau estão corretas e que o nosso programa é consistente e contribui para a realização dos Objectivos. Cada um desses indicadores serve para medir parte da relação das metas, da seguinte forma:

- | | |
|-----------------------------|---|
| 1. Crescimento Económico | Percentual de crescimento real do Produto Nacional Bruto (Produto Interno Bruto) |
| 2. Base ampla | "Renda" das famílias vivendo em áreas rurais |
| 3. Orientação mercadológica | a. Renda monetária das famílias vivendo em áreas rurais
b. Preços determinados administrativamente |
| 4. Sustentável: | a. Déficit a Conta Corrente
b. Déficit do orçamento governamental |

Indicador de Meta 1. Crescimento Económico: Crescimento do Produto Interno Bruto Real em pelo menos 25% sobre o período CPSP.

PIB REAL	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Taxa de Crescimento (% da mud. anual)	1,0	5,6	6,8	5,0	3,0	2,8	3,0	3,0					
Índice de Crescimento (1992=100)	-	-	-	-	-	-	100	103					125

Fonte: Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional

Depois que o planejamento centralizado, Marxista, dos anos 80 faliu, o segundo semestre de 1986 marcou a quase total abertura da economia da Guiné Bissau para a actividade dos Sector Privado. A resposta foi rápida e significativa: de 1987 a 1989 o crescimento real do Produto Interno Bruto ficou em uma média de 5,8% ao ano. Por volta de 1990, entretanto, os obstáculos fiscais por políticas, leis, regulamentos e sistemas judiciais mal definidos ou não-reformados começaram a operar e os níveis de crescimento real caíram significativamente. Devido, em grande parte, ao nosso programa e nossa colaboração com outras instituições doadoras, particularmente o Banco Mundial, estes obstáculos agora já são bem reconhecidos nos sectores público e privado da Guiné Bissau. São estes obstáculos, exactamente, que o nosso programa continuará a atacar, agora que o TIPS está iniciando suas actividades de campo.

Indicador de Meta 2. Base Ampla: A cada ano do período PSP, pelo menos 60% das famílias vivendo em área rurais relataram aumento de “renda” em relação ao ano interior.

FAMÍLIAS VIVENDO EM ÁREAS	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Número declarando renda monetária	n.e. disp.						

O Banco Mundial financiou o primeiro levantamento nacional sobre renda rural em 1990/1991. Ele tem o potencial de prover a informação à USAID/Bissau sobre este indicador. Contratamos um especialista nos EUA para analisar os dados ainda não processados para determinar quais informações podemos retirar deste levantamento concernentes à orientação para o livre-mercado e à participação do crescimento. Se os resultados forem positivos, financiaremos outras pesquisas, talvez em base bianual.

Indicador de Meta 3(a). Orientação Mercadológica. A cada ano do período PSP, o número de famílias vivendo em área rurais que relatam crescimento de renda aumenta em pelo menos 3,0%.

FAMÍLIAS VIVENDO EM ÁREAS	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Número de maior rendimento monetário	n.e. disp.						
% de mudança anual	-						

Veja a narrativa para o Indicador de Meta 2. Um dos resultados iniciais e experimentais da análise do nosso contratado é que os dados do levantamento IBRD é que apenas 4% dos guineenses participam da economia monetarizada, ou seja, eles recebem “toda” sua renda em espécie e pagam “todos” os bens e serviços que utilizam em espécie. Não temos convicção sobre esses resultados. Mas esperamos um nível baixo no início do período PSP. Muito do comércio que acontece fora de Bissau é feito na base de troca, usando o arroz como meio de troca. Ao se mover para uma economia de livre-mercado, os guineenses poderão trocar mais bens, em maiores quantidades, melhorando sua condição de vida.

Indicador de Meta 3(b). Orientação Mercadológica. A cada ano do período PSP, o número de preços administrativamente determinados não cresce para além dos níveis de 1992, e aqueles que são determinados administrativamente continuam a refletir preços mundiais.

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Número de preços adm. determinados	4	3					

Por volta de 1992, os únicos preços determinados administrativamente eram os preços de água, electricidade e produtos derivados do petróleo. Além desses preços o Ministério do Comércio e da Indústria publica o valor do peso “indicativo” para o arroz local. (Infelizmente, em áreas rurais, esse preço é entendido como o único preço em pesos para o arroz e não apenas como um indicativo). USAID/Bissau classifica tal prática como um preço administrativamente determinado e promove, através do Projecto TIPS, o fim dessa prática. Em 1993, o governo liberalizou os preços de produtos derivados do petróleo, mantendo somente 3 preços fixados administrativamente. A percepção geral é que estes preços estão alinhados com os preços a nível do livre-mercado mundial para tais produtos. De fato, devido às ineficiências do processo de produção de energia eléctrica, os custos de produção de energia eléctrica em Guiné Bissau está entre os mais altos na África. Outras instituições doadoras estão atacando os obstáculos criados pela deficiência de energia eléctrica para aumentar investimentos no Sector Privado.

Indicador de Meta 4 (a). Sustentável: No período PSP, o actual déficit da conta está reduzido numa média percentual anual de pelo menos 3,0%.

CONTA ACTUAL		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
(Em milhões de dólares)		-44,97	-72,27	-20,93					
- Mudança Percentual Anual		-		-71,0					
- Mudança Média Anual (desde 1992)		-	-	-71,0					-3,0%
Elementos do Déficit da Actual Conta	Comércio (Líquido)	-47,03	-77,04	-31,05					
	- Importação	-67,47	-83,51	-65,00					
	- Exportação	20,44	- 6,47	33,95					
	Dos quais:								
	- Juros	-17,04	-13,25	-12,44					
	- Licenças de Pesca	13,49	13,50	14,05					
	Transferências (Líquido)	35,83	35,05	36,61					
- Oficial	39,96	35,69	35,61						
- Privado	-4,13	-0,64	1,0						

Como a tabela acima demonstra, 1992 foi um ano muito estranho. O déficit actual da conta subiu acentuadamente, devido principalmente ao desempenho desfavorável da balança comercial (déficit de 77 milhões de dólares) enquanto os serviços e contas de transferência permaneceram relativamente estáveis. O caju, principal produto de exportação com rendimento em moeda estrangeira, sofreu um grande retrocesso, mostrando ganhos de apenas 3 milhões, quando a projecção original era de 15 milhões de dólares. Este resultado está relacionado com a retenção dos exportadores de caju em protesto contra o nível de taxa de exportação (veja S. O. Indicador 2 (a)). O acentuado crescimento das exportações em 1993 reflete a expectativa (já quase toda confirmada) que os exportadores retirarão seus produtos dos depósitos. Isto, por sua vez, resultará, em uma redução do déficit da conta corrente (1993).

É importante notar que o arroz é uma porção considerável e crescente das importações (16 milhões de dólares em 1992; 22 milhões em 1993). O arroz na Guiné Bissau é um cereal básico na alimentação, extensivamente utilizado com meio de troca. Esta é a razão pela qual o vemos como um dos produtos sectoriais cruciais de crescimento. É importante também notar que a economia é altamente dependente das licenças de pesca (industrial) e transferências oficiais. No caso do apoio dado pelas entidades doadoras cair precipitosamente, a Guiné Bissau teria pouca chance de atingir suas metas económicas e democráticas. No caso da pesca industrial, as quantidades pescadas por frotas estrangeiras podem talvez atingir entre 100 e 200 milhões de dólares. Daí, portanto, a inclusão da pesca e de produtos derivados da pesca na matriz CGS.

Ficou demonstrado que a Guiné Bissau não pode continuar a manter esses níveis de déficit na sua conta corrente por muito tempo. O Governo da Guiné Bissau já chegou à conclusão deste fato. As revisões mais recentes do FMI/Banco Mundial foi bastante positiva quanto ao progresso do Governo da Guiné Bissau sob o programa-abrigo. Esses esforços devem continuar a longo prazo. O TIPS terá um impacto na medida em que ela reforça o componente mercadologia (exportação) da Matriz CGS.

Indicador de Meta 4 (b) Sustentável. No período da PSP, a parte dos gastos correntes do Governo da Guiné Bissau cobertos pelas rendas fiscais cresceram a um percentual de pelo menos 3,0%.

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Renda de Impostos (em bilhões de pesos atuais)	56,3	60,2	169,0					
Gastos Atuais (em bilhões de pesos atuais)	172,2	236,0	302,8					
Renda de Impostos/Gastos (%)	32,6	25,5	55,0					
Percentagem anual de mudança	-	-	218,0					
Percentagem anual de mudança desde 1992	-	-	218,0					

A tabela acima demonstra uma das razões pelas quais o FMI/Banco Mundial está tão entusiasmado com o desempenho da Guiné Bissau sob o programa-abrigo. No período sob análise, a coleta fiscal melhorou o suficiente para contribuir para o dramático incremento de renda proveniente dos impostos. Esse vigoroso desempenho reflete a decisão anunciada do governo de apressar seus esforços em coletar os créditos de taxas de importação do ano anterior e eliminar a maioria das isenções fiscais. O governo também espera que a contribuição fiscal de exportação também cresça devido ao fato de que dois anos de produção de cajus será exportada em 1993 -- sobre a qual, o Governo da Guiné Bissau actualmente cobra uma taxa de exportação de 20%. Este crescente aumento de renda provenientes de impostos corre paralelo a um percentual declinante de despesas, o que significa que o Governo da Guiné Bissau está começando a controlar seus gastos. A equipe do FMI que recentemente esteve em Bissau observou que a disciplina imposta pelo Ministério das Finanças em cortar os gastos tem sido excelente. O Banco Mundial está oferecendo o Ministério das Finanças as ferramentas (treinamento, sistemas de informática) para controlar os gastos.

A crescente importância dos rendimentos fiscais como fonte de renda do governo pode também ser vista através da dinâmica da estrutura de renda pública. De 1992 até 1993, as contribuições fiscais sobre renda em relação ao total de renda do governo cresceram de 36% para 49%, enquanto rendas não-fiscais caíram de 53% a 44%. A renda externa também decaiu de 11% para 7%. Isto demonstra que o governo está reduzindo sua dependência em fontes não sustentáveis, ou seja, finança externa, licenças de pesca, e empréstimo do Banco Central.

Essa parte do ajustamento estrutural/estabilização é muito difícil para economias que estão saindo do sistema socialista. É ainda mais difícil para a Guiné Bissau, onde o nível de desenvolvimento e pobreza do governo é tal que sistemas de controle nunca realmente existiram. Para se desvencilhar de sua dívida da crise monetária, e reduzir o imenso sector público, o Governo da Guiné Bissau deve manter o progresso positivo conseguido durante o ano passado a longo prazo.

15

III. PROGRESSO EM DIRECÇÃO AO OBJECTIVO ESTRATÉGICO

COMÉRCIO E INVESTIMENTO CRESCERAM NOS SUBSETORES CRUCIAIS DE CRESCIMENTO (CGS) ATRAVÉS DE MELHORIAS NA GOVERNANÇA

Os seguintes indicadores gerais de obtenção dos Objectivos Estratégicos foram estabelecidos na época que nosso Esquema de Cronograma dos Objectivos do Programa e o Calendário de Tarefas foram aprovados (maio de 1992):

1. Comércio Doméstico
 - a. Sector formal
 - b. Sector semi-formal
 - c. Sector informal
2. Comércio externo
 - a. Exportação
 - b. Componente produtiva de Importação
3. Investimento
 - a. Aprovação sob o novo código de investimento
 - b. Investimento privado como percentagem do PIB

Estes indicadores ainda são válidos. Entretanto, desde aquela época, desenvolvemos também a Matriz dos Sectores de Crescimento Crítico (CGS), que identifica explicitamente os sectores económicos nos quais esperamos incrementar a actividade económica do Sector Privado como resultado directo do nosso programa e do Projecto TIPS. O TIPS providencia por volta de 80% dos recursos para o nosso programa. Implementação total de campo do TIPS só será iniciada em 1994. O objectivo principal do contrato do TIPS é "Fazer Crescer os Níveis de Actividade Económica Sustentável do Sector Privado (Comércio e Investimento) nos Subsectores Cruciais de Crescimento (CGS). Os CGS são definidos de acordo com a ilustração da Matriz CGS abaixo (leia a Introdução para maiores informações sobre a Matriz CGS e como ela pode ser usada para gerar futuros Relatórios de Levantamento de Impacto do Programa a Nível Estratégico Objectivo). Até que os dados e os relatórios dos contratados da TIPS estejam disponíveis, usaremos nossos indicadores S.O. originais.

Áreas de Actividade Económica		Produtos CGS					
		Arroz	Caju	Frutas	Hortal	Florest	Pesca
		1	2	3	4	5	6
Produção	A						
Processamento	B						
Merchandização Doméstico	C						
Merchandização/Exportação	D						
Comércio/Geral	E						
Comércio/Produtos	F						
Serviços/Geral	G						
Serviços/Produtos Específicos	H						

20

Indicador de Objectivo Estratégico 1. Comércio Doméstico

Indicadores		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
a. Sector Formal: # de firmas comerciais registradas cresceu 25% sobre o período CPSP	Número	1,919						
	Índice	100						
b. Sector semi-formal: # de aplicações para estandes em mercados formais aumentaram 25% sobre o período de CPSP	Número	n.d.						
	Índice	100						
c. Sector Informal: # de famílias declarando (i) renda monetária, (ii) parte da produção vendida, e (iii) parte da consumpção comprada aumentou em 25% sobre o período CPSP.	Número	n.d.						
	Índice	100						

a. De acordo com o Ministro do Comércio, o número de estabelecimentos comerciais e indivíduos registrados cresceu 27% nos 18 meses entre julho de 1991 e dezembro de 1992, chegando a um total de 1.919 registros.

b. Teremos alguma dificuldade em captar informações sob este indicador. A intenção de se medir toda a extensão formal/semi-formal/informal foi para verificar como a economia estava se formalizando (ou não) e como cada um estava contribuindo ou participando no seu crescimento. Entretanto, um estudo recente da USAID sobre o sector informal na Guiné Bissau (Crowley, 1993) nos mostrou que as firmas não fazem este percurso vagarosamente ou apenas em uma direcção; ou seja, pequenos negócios se "formalizam," isto é (tem alvará, pagam taxas, etc.) para uma ou duas transações grandes e depois retornarão à economia informal. Este indicador específico, aplicações para pontos em mercados formais é também problemática, já que os mercados formais (em áreas urbanas ou rurais) ficam rodeados por operadores informais. Separar tais informações será uma tarefa difícil.

c. Veja as notas sob Indicador de Meta 2 e 3(a). Para produzir um relatório sobre este indicador, deveremos buscar a informação no levantamento do Banco Mundial. Se tal levantamento não for útil no que se refere a este indicador, talvez teremos de mudá-lo.

25

Indicador de Objectivo Estratégico 2. Comércio Exterior

Indicadores	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
a. Ganhos sobre Exportação cresceu 25% sobre o período CPSP para (\$milhões/FOB)								
Caju	14,1	3,0	30,4					
Peixe e Produtos de Pesca	2,6	0,8	0,9					
Madeira e Produtos	1,4	1,3	1,1					
Hortifrutíferos	n.d	n.d.	n.d					
Outros	2,4	1,3	6,1					
TOTAL de Exportações	20,4	6,5	38,4					
Índice	-	100	590					125
b. Produção (bens de capital) componentes de importação aumentou em 25% sobre o período de CPSP	26,3	32,2	31,5					
Índice	-	100	99					125

Fonte: Banco central

a. De modo geral, o desempenho dos produtos acima foi satisfatória. Veja que os produtos de exportação são exactamente os mesmos do CGS. Caju, o líder em rendimento em moeda estrangeira, continua a ter desempenho robusto e pode se esperar que vá continuar a mantê-lo nos próximos dois anos na medida em que grandes plantações começarão a produzir (e o preço no livre-mercado mundial estabilizar). Entretanto, em 1992, os ganhos com a exportação de caju registraram apenas 3 milhões de dólares, uma queda de 78% em relação ao ano anterior, 14.1 milhões de dólares. Este fraco desempenho foi devido a dois factores: (1) queda no preço do caju ano mercado mundial e (2) um conflito (um diálogo político, em nossos termos) entre o governo e exportadores de caju quanto ao nível de imposto de exportação - alguns exportadores de caju acham que o nível actual do Imposto de Exportação (20%) é injustamente alto. Ambos factores levaram os exportadores a manter os seus produtos em depósitos. Por isso, há uma alta projecção para exportações em 1993 já que ela incluirá as colheitas deste ano e a do ano passado. Parece agora que o Sector Privado pode ter ganho o "diálogo": A equipe do Banco Mundial relatou que, durante 1994 o imposto sobre a exportação de caju será reduzido ainda mais. Recentemente, há quatro anos atrás, antes dos trabalhos da USAID NPA naquela área económica, tal imposto chegava a 40%.

Outros produtos não demonstraram desempenhos consistentes mas espera-se que melhorem nos próximos anos à medida que o TIPS assista às suas respectivas produções, processamento e exportação/mercadização dos subsectores para sua melhor organização. Os níveis registrados de exportação de frutas e hortaliças ainda é insignificante; por isso, eles são inventariados na categoria "Outros." acreditamos que uma parte dos 6.1 milhões exportados como "Outros" é composta de frutas. Anteriormente, neste ano, a USAID financiou um projecto-piloto de exportação de manga e reuniu um pequeno grupo de exportadores de mangas que anteriormente exportavam 2.6 toneladas de manga para Portugal. Enquanto o volume exportado é insignificante, as lições que estes exportadores ensinaram sobre penetração de mercado foi considerável. Com novas árvores começando a produzir agora e durante o período do PSP, estimamos que em 1998, somente a produção de mangas poderiam gerar entre 1,0 e 1,5 milhões de dólares em ganhos com exportação. Aproximadamente dez

27

produtores modernizados, de grande porte, estão prontos para actuar. Produtores de menor volume poderão se juntar ao sistema à medida que mercados e canais de mercadização estejam estabelecidos. TIPS actualmente tem um produtor de mangas brasileiro líder de exportação de fruta desenvolvendo um plano de acção para curtos e médio prazos.

b. Como 1993 não viu o aumento na importação de bens de capital, esperamos ver essa cifra crescer nos próximos anos à medida em que a economia cresce e o Sector Privado toma maior iniciativa. Note-se mais uma vez que o cômputo de importações é dominada pelo arroz; ao abaixar-se a quantidade de troca estrangeira gastos com arroz (através do crescimento da produção, promoção e mercadização doméstica da produção local) aumentará a quantidade disponível de produção.

Indicadores		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
a. # de firmas estrangeiros e domésticos que receberam isenções sob o novo código de Investimento cresceu 100% sobre 1992	Número	28						
	Índice	100						
b. Investimento privado cresceu por volta de 5% do PUB	%	n.d						

a. De acordo com o Gabinete de Promoção ao Investimento (GAI) do Ministério das Finanças, tanto os investidores locais quantos os estrangeiros demonstram confiança na economia e no país. Vinte e oito firmas receberam isenções de acordo com o Código de Investimento de 1991. Aproximadamente 70% dos investidores são estrangeiros, com parceiros locais; 30% são de capital totalmente estrangeiro.

b. O indicador b será difícil de coletar, já que não há contas de renda nacionais. O Projecto TIPS tentará conseguir estimativas para desenvolver um indicador substituto para o investimento privado agregado.

Finalmente, note-se que, nos próximos anos, esperamos relatar progresso no nível objectivo estratégico empregando o formato da Matriz CGS e dos dados providenciados pelo contratado do TIPS.

27

ALVO 1

Base técnico/análitica para planeamento da reforma das políticas, leis e regulamentos do Comércio e Investimento para apoio directo aos subsectores cruciais de crescimento (CGS) no setor privado

O planeamento e implementação de qualquer reforma de escopo básico e abrangente envisionsado por nosso programa e pelo Projecto TIPS sem uma sólida base de informação (técnica/análitica) não seria somente insensato. Mas também perigoso. É comum querermos que as coisas caminhem rapidamente, baseados em conhecimentos que funcionaram em outros lugares, mas sem termos informações adequadas quanto às complexidades particulares da situação local. Nosso programa reconhece este perigo explicitamente. Por isso, estabelecemos o Alvo 1 para assegurar que Matriz CGS, outras instituições doadoras, o Governo da Guiné Bissau e o Sector Privado da Guiné Bissau possam ter em mãos os dados mais abrangentes e análises disponíveis para a Matriz CGS, para planeamento e para realmente investirmos nossos recursos extremamente escassos.

Há 4 ou 5 anos atrás, a base económica da Guiné Bissau era quase inexistente. Até dois ou 3 anos atrás, não havia quase nenhuma informação ou estudos sobre o Sector Privado. Isto não é de surpreender, em vista da história da Guiné Bissau, seu nível de desenvolvimento e mudanças recentes de uma economia centralizada para uma economia de mercado. O velho sistema somente requeria a produção de informações, na melhor das hipóteses, sem requerer uma base de conhecimentos para estabelecer políticas e desenvolver leis e regulamentos. Tampouco requeria um judiciário justo e imparcial, nem tinha de entender conceitos como potencial e penetração, controle de custos, lucros e perdas e muitos outros conceitos económicos que, para nós, são parte do dia-a-dia.

A base técnica/análitica para o planeamento das reformas políticas, legais, regulamentares e judiciais e para providenciar suporte directo ao Sector Privado, aumentou grandemente nos últimos poucos anos. O Governo da Guiné Bissau actualmente publica o orçamento, balanço de pagamentos e estatísticas monetárias regularmente. Estudos e pesquisa, em grande parte planejadas e financiadas pelo USAID, cobrem agora as áreas mais importantes para nosso programa. Há ainda alguns lapsos e tanto a qualidade quanto o escopo de conhecimento podem e devem ser freqüentemente aperfeiçoados. Alguns "fatos" repetidos constantemente por outras instituições doadoras, o Governo da Guiné Bissau, o Sector Privado e nós, provaram ser simplesmente falsos após um exame minucioso. Em outras áreas, depois de uma pesquisa mais apurada, descobrimos que nossas perspectivas iniciais eram, de certo modo, simplistas.

Temos confiança que devido ao nosso trabalho nos últimos anos, estamos liderando o trabalho com outras instituições doadoras, o Governo da Guiné Bissau e o Sector Privado da Guiné Bissau para desenvolver a melhor base técnica/análitica possível para o planeamento e a transformação do futuro da Guiné Bissau. Nossa biblioteca sobre desenvolvimento, organizada com base nas informações necessárias aos nossos programas, é reconhecida como a mais abrangente no país. Grande parte da pesquisa foi financiada directamente e completamente por nós. Em outros casos, colaboramos parcialmente em estudos. Ainda, em outros casos, usamos nossa influência para dar forma à estratégia de pesquisa para outros. Em síntese, não nos importa quem (qual doador, qual entidade do Governo da Guiné Bissau, qual associação do Sector Privado) executa o trabalho na prática. Nosso maior interesse é que os alvos propriamente seleccionados e as análises/levantamento sejam executados em tempo hábil, resultando em uma análise de boa qualidade. Onde houver lacunas, ou onde tivermos uma vantagem comparativa, agiremos directamente. Nosso segundo interesse crítico é que toda informação, não importando a fonte, seja distribuída o mais

* Nota: Até agora o USAID/Bissau empregou PD&S, IPC e outros recursos regionais e centrais para executar sua agenda de levantamento/análise. Com o início das actividades de campo do TIPS em Janeiro de 1994, o maior entrave para o planeamento e execução da agenda analítica 1994-1998 será de responsabilidade do maior contratado da TIPS. USAID/Bissau deverá, certamente, aprovar tal agenda.

extensivamente possível e que seja realmente usada no planeamento e execução de reformas e acções específicas relacionadas ao programa. Esse segundo interesse está refletido nos metas #2, #3 e #4.

Progresso sobre o alvo 1 será medido pelo estado do levantamento/analise/conhecimento sobre (a) a actividade do Sector Privado relacionado directamente ao produto CGS (Indicador 1), e (b) actividade do sector r privado em geral (ou seja, questões ou áreas de interesse que se intersectam ou tenham impacto em todos os produtos CGS ou Sector Privado em geral (indicador 2).

Alvo 1, Indicador 1 - Estado do levantamento/analise/conhecimento específico do produto do CGS.

Para medir o estado do levantamento/análise/conhecimento, usamos uma escala de 1 a 7. O critério para a escala é, em geral:

- 0 - Nenhuma informação disponível
- 1-3 - Início de compreensão da informação necessária para o planeamento das reformas ou de apoio directo ao Comércio e Investimento (ou seja, estado actual e potencial de maior produção, processamento e mercadização; conhecimento limitado sobre as obstruções).
- 4-5 - Base firme o suficiente para iniciar acções amplas na reforma ou para apoio directo Comércio e Investimento (ou seja, mais conhecimentos sobre as obstruções).
- 6-7 - Base firme o suficiente para trabalhar detalhadamente nas reformas e para expandir actividades directas de apoio ao Comércio e Investimento (ou seja, conhecimento quase completo sobre os obstáculos)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	Real	Real	Planejado (Início TIPS)	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado
Rice	3	3	4	6	6	6	6
Caju	3	3	5	6	6	6	6
Frutas	0	4	6	6	6	6	6
Hortaliças	0	1	3	6	6	6	6
Florestas	1	2	4	5	6	6	6
Pesca	1	4	5	6	6	6	6

Veja narrativa sob o indicador 2.

17

Alvo 1, Indicador 2 - Estado do levantamento/análise/conhecimento para as questões e obstáculos gerais do Sector Privado.

Para medir o estado do levantamento/análise/conhecimento, usamos uma escala de 1 a 7. O critério para a escala são, em geral:

0 Nenhuma informação

1-3 Início de compreensão da informação necessária para o planeamento das reformas ou de apoio directo ao Comércio e Investimento (ou seja, estado actual e potencial de maior produção, processamento e mercadização; conhecimento limitado sobre as obstruções).

4-5 Base firme o suficiente para iniciar acções amplas na reforma ou para apoio directo Comércio e Investimento (ou seja, mais conhecimentos sobre as obstruções).

6-7 Base firme o suficiente para trabalhar detalhadamente nas reformas e para expandir actividades directas de apoio da Comércio e Investimento (ou seja, conhecimento quase completo sobre os obstáculos)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	Real	Real	Planejado (Início TIPS)	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado
Políticas	4	5	6	6	6	6	6
Leis:							
- Propriedades (leis agrárias)	5	6	6	6	6	6	6
- Código de Investimento	6	6	6	6	6	6	6
- Código Comercial	2	4	6	6	6	6	6
- Ligações tradicionais/modernos	2	4	6	6	6	6	6
Regulamentos:							
- Implementação do Código de Investimentos	1	4	6	6	6	6	6
- Registro Comercial	2	4	5	6	6	6	6
- Licença Comercial	2	4	5	6	6	6	6
Sistema Judicial	3	6	6	6	6	6	6
Setor Privado:							
- Necessidades dos Serviços	2	4	6	6	6	6	6
- Necessidades de Promoção do C&I	2	4	6	6	6	6	6

Além da busca e de coleta do que agora acreditamos ser quase todos os dados /informação actualmente disponível nas áreas mostradas nos indicadores 1 e 2, também financiamos os seguintes esforços de levantamento:

- A New Land Law for Guinea-Bissau; Needs and Opportunities, 1992, Land Tenure Center
- Relações entre Ponteiros e Tabancas: Implications for a New Land Law in Guinea-Bissau, 1991, C. Tanner
- Guinea-Bissau Legal sector assessment, 1990, I. Pires
- Chamber of Commerce of Guinea-Bissau Institutional Analysis, 1990, N. Currie
- A Review of the Cashew Sub-sector in Guinea-Bissau, 1990, KSU
- Rice Production and Marketing in Guinea-Bissau: A Contribution for Policy Dialogue, 1990, KSU
- How Recent Political and Governance Developments Will Affect the TIPS Project, 1992, TIPS
- Administrative Applications for Guinea-Bissau Gleaned from the IFES Appraisal Mission to the Congo, 1992, J. Blacken
- Guiné Bissau Políticas Sectoriais: Evolução Recente e Perspectivas até 1994, 1992, M. de Andrade
- Guinea-Bissau: Legal Considerations for a New Land law, 1992, I. Pires
- The Ponteiro Census: Descriptive Results and Economic Analyses, 1992, University of Arizona
- Rice Marketing in Guinea-Bissau: A Study to Develop Information for Policy Makers, 1992, KSU
- Programas de Frutas de Exportação, 1992, J. B. De Moraes Neto
- Land Value in Guinea-Bissau, 1992, LTC
- Relatório sobre a Primeira Fase do Programa de Exportação de Mangas, 1993, D. Nasatir
- O Mercado Fronteiriço e a Balança Comercial da Guiné Bissau: Situação e Perspectivas, 1993, INEP
- RRA Method for Tabancas's Land Demarcation, 1993, LTC
- GSP Pilot Study: Guinea Bissau, 1993, LTC-MSI
- Customary Land Use in Guinea- Bissau, (ongoing), LTC
- Cacheu River Estuary Shrimp/Prawn and or/Oyster Resource Potential Assessment, 1993, TRD
- The Informal Sector: Production Processing and Marketing Systems for the CGS, (em andamento), E. Crowley
- Establishing Priorities for Legal Reform, 1993, Checchi
- Portugal as a Market for Fresh Agricultural Products from Guinea- Bissau, 1993, REDSO/WCA Ag. Export Marketing Studies
- Traditional Conflict Resolution Problems (a ser iniciado brevemente)

Uma das primeiras tarefas do contratado do TIPS é rever toda a informação disponível, identificar as lacunas existentes no conjunto de dados e, baseados nisto, desenvolver uma agenda analítica (levantamento) para o restante de 1994. Agendas similares serão desenvolvidas e executadas durante cada ano do CPSP. Como notado anteriormente, O USAID deve aprovar a agenda.

SUB-ALVO 1.1

Processo coordenado de desenvolvimento das comissões do Setor Público/Privado para desenvolver e executar a agenda de levantamento/análise

- Sub-Alvo 1.1, Indicador 1.** Comissões estabelecidas
Sub-Alvo 1.1, Indicador 2. Número e tipo das comissões se reunindo, por tópico
Sub-Alvo 1.1, Indicador 3. Número e tipo de grupos de trabalho de levantamento/análise estabelecidos, ou tópico
Sub-Alvo 1.1, Indicador 4. Número e tipo de grupos de trabalho, por tópico

Nada a relatar. Veja abaixo.

SUB-ALVO 1.2

Participação de grupos de interesse privado e unidades governamentais apropriadas no processo de desenvolvimento e execução da agenda de levantamento/análise

- Sub-Alvo 1.1, Indicador 1.** Número e tipo de grupos/unidades participando em comissões/trabalho de grupos, por tópico.
Sub-Alvo 1.1, Indicador 2. Número e tipo de grupos de trabalho/unidades participando do levantamento/análise, por tópico.

Nada a relatar.

Neste ponto, a maior parte dos grupos de interesse e reforma está mais interessada em políticas, leis e regulamentos específicos que eles estão encontrando do que em dirigir pesquisa. Depois dos levantamentos iniciais e discussão com outras instituições doadoras, o Governo da Guiné Bissau e, mais importante, o diálogo com os grupos do Sector Privado sobre seus problemas, a USAID tem um papel muito grande em estabelecer a agenda de pesquisa/análise, como foi descrito na narrativa sob o Alvo 1. Nossa expectativa é de que, nos próximos anos, os grupos privados tenham mais interesse em dirigir uma pesquisa/análise. Se participação formal (ou seja, através de Comissões) não progredirem, ou seja percebida como desnecessária, a USAID deixará de lado os Sub-metas 1.1 e 1.2.

ALVO 2

Ambiente de políticas, legal e regulatório para incremento do C&I nos subsectores cruciais de crescimento melhorados

Mesmo neste estágio inicial de nosso programa e do Projecto TIPS, já podemos perceber que o ambiente no Sector Privado da Guiné Bissau melhorou dramaticamente.

1. Com nossa ajuda, o Sector Privado está se organizando. O número de associações relacionadas ao Sector Privado expandiu tremendamente nos últimos dois anos. (Leia Sub-Alvo 2.2 para maiores detalhes).
2. O Governo da Guiné Bissau agora está aberto para diálogo com o Sector Privado. Há três anos atrás, os Ministérios nem teriam pensado em convidar o Sector Privado para o planejamento de políticas ou sessões estratégicas. Actualmente parece ser consenso geral que o Sector Privado é e deve ser o motor do crescimento na Guiné Bissau. O Ministério da Agricultura, ou exemplo, agora insiste na participação do Sector Privado em todos os seus debates significativos. Estamos confiantes que outros tais como o Ministério da Justiça e Comércio e Indústria, seguirão o mesmo caminho em breve.
3. Pela primeira vez, somos capazes de atrair diferentes ministérios para nossas acções e debates. Como a TIPS intersecta departamentos normais dos ministérios, fomos capazes de promover a colaboração entre vários ministérios, ou seja, a representação de grupos de trabalho, participação em seminários e workshops.
4. O Sector Privado agora tem confiança e uma base firme suficientes para querer dialogar com o governo. É verdade que parte do diálogo é confrontador, mas ele está se tornando cada vez mais construtivo.

Em resumo, através de nosso novo programa, e com nosso planejamento para a TIPS, fomos capazes de promover uma abertura no modo como o Sector Privado e Setor Público operam. Uma uniformidade de metas já foi reconhecida e é possível observar uma vontade constantemente crescente de trabalhar juntos para satisfazer interesses comuns. Essa é uma das mudanças principais na Guiné Bissau e, sem ela, não teríamos a oportunidade de realmente fazer reformas na política, legislação e regulamentos de modo participativo e sustentável.

Usando os indicadores para este alvo, aprovados com o Programa Calendário de Tarefas em maio de 1992, mediremos o impacto de acordo com o progresso através dos seguintes passos feitos em relação às políticas, estatutos ou regulamentos:

- (1) Revisão do levantamento/análise do alvo (resultado #1)
- (2) Políticas (re)formuladas.
- (3) Revisão da consistência das políticas/estatutos
- (4) Estatutos (re)formulados.
- (5) Revisão da consistência dos estatutos/regulamentos
- (6) Regulamentos (re)formulados
- (7) Análise/Revisão da implementação regulatória
- (8) Implementação regulatória melhorada.

13

Alvo Indicador 2 (maio, 1992) - Passos das políticas, estatutos, regulamentos completado pelo Ano de Projecto.

	1993						
	Real	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado
Políticas: Setor Privado Geral	Etapa 1		Etapas 1-2				
Políticas: CGS- Específicas	-	Etapa 1	Etapa 2				
Estatutos: Posse da Terra	Etapa 1-4	Etapa 1-3	Etapa 4				
Estatutos: Código Comercial	Etapa 1-3	Etapa 1-3	Etapa 4-5				
Estatutos: CGS- Específicos	-			Etapas 4-5			
Regulamentação: Posse da Guerra/Transferência	Etapas 5-6			Etapa 5-6		Etapa 7-8	
Regulamentação: Registro Comercial	-	Etapa 5-7	Etapa 8				
Regulamentação: Investimento	-	Etapa 5	Etapa 8				
Regulamentação: Administração de Impostos	-			Etapas 5-6		Etapas 7-8	
Regulamentação: CGS - Específica	-			Etapas 6-8			

Comentários sobre o indicador acima :

Tendo-se uma base técnico/analítica sólida (ou seja, conhecimento firme quanto a potencial e obstruções), é atraente pensar tanto logicamente quanto intuitivamente no seguinte conjunto de quase "requisitos" passos:

1. boas informações levam a (dão base) boas políticas;
2. políticas de boa qualidade levam a (dão base) leis de boa qualidade;
3. leis de boa qualidade levam a (dão base) regulamentos de boa qualidade;
4. bons regulamentos levam (dão base) a implementação de bons regulamentos.

As afirmações acima parecem implicar que quando estamos lidando com reforma de políticas, legal e regulatória, começamos do nada - nada existe, não há história, somente os problemas específicos (obstáculos) sendo sentidos pelos operadores do Sector Privado actualmente. De fato, isso parece implicar que não estamos falando de reforma, mas de reformulação.

Infelizmente, nossas tentativas iniciais de forçar esta lógica em Guiné Bissau para nosso programa (ou seja, a lógica inicial para o Alvo #2 de nosso Programa Calendário de Tarefas aprovado) acabaram por não ser muito realistas.

Primeiro, o interesse do Sector Privado em promover reforma das políticas, leis e regulamentos não se inicia com as políticas, ou mesmo com a reforma legal. Ao contrário, ela se inicia com problemas relacionados à implementação de regulamentos ou resolução de conflitos: por exemplo, é difícil criar e registrar uma nova firma, é difícil conseguir uma licença de importação, é difícil receber uma dívida, é difícil forçar legalmente o cumprimento dos contratos.

Segundo, quase todos os operadores no Sector Privado não parecem reconhecer, a princípio, as ligações lógicas (anteriores ou posteriores) entre problemas e conflitos de implementação de informação-política-leis-regulamentos.

Terceiro, até mesmo quando peritos não-guineenses vêem certas políticas como "boas" (claras, favoráveis ao livre-mercado e orientadas ao Sector Privado) e as leis e regulamentos são todos consistentes com as políticas e entre si, o Sector Privado local pode ter uma perspectiva diferente e negativa. Aprendemos que isto tem duas causas: (1) falta de informação sobre todos os elementos do ambiente das políticas/leis/regulamentos, e (2) uma suspeita de que, já que o sector 'privado não participou na formulação das políticas/leis/regulamentos, aquela que existe então deve, *ipso facto*, ser ruim.

Quarto, na situação inversa, quando peritos de fora julgam que políticas/leis/regulamentos são "ruins" e inconsistentes, o Sector Privado local não tem nenhuma opinião a respeito. Isso se deve, aprendemos, ao fato do Sector Privado local (ou pelo menos significantes componentes deles) não terem (ou terem pouco) conhecimento do que tratam as políticas/leis/regulamentos e por não terem (ou terem pouco) contato com estes sistemas.

Como resultado dessas descobertas, concluímos que:

(a) nossos indicadores de "sequência de passos" originais para o Alvo #2 (reforma de políticas -> reforma legal->reforma dos regulamentos) não podem ser significativamente empregados para julgar/medir progresso. Os indicadores para o Alvo #2 foram, assim, reformulados. Tomamos agora as políticas/leis/regulamentos e a implementação de regulamentos como elementos individuais, cada um tendo impacto individual no ambiente do Sector Privado. Estas ligações lógicas só se tornaram aparentes no nível operacional da reforma, por exemplo onde políticas/leis/regulamentos já estão em funcionamento, a reforma regulatória (remoção do obstáculo observado) pode requerer reforma legal e a reforma legal pode requerer que políticas sejam claramente definidas: onde as leis sejam percebidas como obstrução, e assim o alvo inicial da reforma, tais como a reforma legal podem requerer tanto a reforma das políticas ou regulatória, ou nenhuma das duas.

(b) participação do Sector Privado (todos os tipos de associações e grupos de interesse) e pelo Governo da Guiné Bissau (vários ministérios, desde o próprio Ministro até o pessoal responsável pela implementação dos regulamentos) é até mais importante para cada elemento (políticas/leis/regulamentos) do que havíamos pensado anteriormente. Assim, reformulamos nossos indicadores a nível de sub-alvo para demonstrar ainda mais concretamente o estabelecimento de grupos de interesse participação nos processos de participação políticas/leis/regulamentos.

Por causa destes problemas, estamos tentando desenvolver um melhor medida de estado do ambiente das políticas/leis/regulamentos. Uma possibilidade é apresentada aqui. Convidamos a USAID/Washington a nos dar sugestões e opinião para medirmos nosso impacto nesta importante área de governação.

Indicador de Alvo 2 Proposto - Estado do ambiente político/legal/regulatório para a actividade do Sector Privado em geral

O corpo geral de políticas/leis/regulamentos são observados de quatro perspectivas:

- a. Grau em que eles estão claramente definidos;
- b. Grau em que eles são favoráveis ao Sector Privado e ao livre-mercado;
- c. Grau em que eles são entendidos abrangentemente; e
- d. Grau em que eles são aceitos (seguidos).

Uma escala de sete pontos (1,2,...7) é usada para indicar o grau, sendo 1 o menos satisfatório e 7 o mais satisfatório.

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	Real	Real	Planejado (Início TIPS)	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado
Políticas							
a. claras	4	5	5	6	6	6	6
b. amistosas	6	6	6	6	6	6	6
c. entendida	3	4	5	6	6	6	6
d. aceita	3	4	4	5	6	6	6

Mais uma vez, convidamos a USAID/Washington a dar sua opinião e sugestões.

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	Real	Real	Planejado (Inicio TIPS)	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado
Leis							
a. claras	5	5	5	5	6	6	6
b. amistosas	3	3	3	3	4	5	6
c. entendidas	2	3	4	5	5	6	6
d. aceitas	2	2	3	4	4	5	6
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	Real	Real	Planejado (Inicio TIPS)	Planejado	Planejado	Planejado	Planejado
Regulamentos							
a. claros	2	2	2	3	4	5	6
b. amistosos	2	2	2	3	4	5	6
c. entendidos	2	2	2	3	4	5	6
d. aceitas	2	2	2	3	4	5	6

37

SUB-ALVO 2.1

Processo coordenado das comissões ou trabalhos de grupo sobre a reforma de políticas, leis e regulamentos

A princípio imaginamos que o estabelecimento formal de comissões presidenciais públicas/privadas de alto nível seriam necessárias para promover reforma de políticas/leis/regulamentos. O presidente está pronto para dar o seu apoio ao TIPS. Entretanto, aprendemos que tais comissões formais nem são necessárias, nem suficientes para fazer o trabalho. De fato, o número de tais comissões promovidas por outras instituições doadoras simplesmente não funcionaram. Dois exemplos: as comissões centradas no Plano de Acção da Floresta Tropical e do Plano de Gerenciamento dos Recursos Nacionais. Se o Conselho Nacional do Meio Ambiente vai ou não vai funcionar ainda está por se saber. Para se fazer as coisas acontecerem na Guiné Bissau é necessário identificar os melhores e mais inteligentes indivíduos interessados em alguma política legal ou regulamentar e têm o potencial de influência naquela área, e ajudá-los a organizar e trabalhar com expatriados altamente qualificados que falam português. Uma vez que estejam trabalhando juntos num tópico de interesse para eles, estes grupos tenderão a "pegar velocidade" própria. Uma vez encaminhados, tudo que eles precisam é um reforço periódico externo para que suas actividades continuem a ir adiante.

Sub-Alvo 2.1, Indicador 1. Comissões do sector Privado/Público ou Grupos de Trabalho estabelecidos, por área de interesse/actividade.

O Projecto de Implementação de Mudança das Políticas financiado pela USAID ajudou a criar três grupos de trabalho de reforma participativa: (1) Reforma Judicial, (2) Reforma Comercial, e (3) Estratégia do Sector Agrícola Nacional, (4) A equipe de trabalho para a Lei de Posse da Terra foi estabelecida há algum tempo mas trabalhou conjuntamente com a USAID somente nos três últimos anos.

Reforma Agrária: A equipe de trabalho da Reforma Agrária foi estabelecida há 4 ou 5 anos atrás mas estava em grande parte inactiva até que a USAID (usando fundos PD&S e do Centro de Posse da Terra (Land Tenure Centre - LTC) da Universidade de Winsconsin) iniciou sua actividade nesta área em 1990-1991. A equipe inicialmente estava constituída somente de advogados do sector público familiarizados com questões da posse da terra e suas implicações económicas. Com nossa assistência, agora ele já foi expandido para incluir o Ministério da Agricultura (pessoal do planeamento e técnico) e outras unidades governamentais actualmente responsáveis por concessão de terra e registro, assim como membros do Sector Privado. ONGs locais também se tornaram mais envolvidas nessa área e logo se juntarão à equipe. Com assistência técnica, pesquisa e treinamento contínuos da LTC, um quarto anteprojecto da nova lei já foi produzido. Cada anteprojecto se torna cada vez mais favorável ao livre-mercado e ao Sector Privado. O trabalho do LTC continuará sob o TIPS.

Reforma Judicial: O IPC assistiu à formação de um grupo de trabalho para a reforma judicial em Outubro de 1992, que consistia de membros do Ministério da Justiça, Faculdade de Direito, juizes e um advogado contratado. Este grupo começou a promover uma emenda constitucional para separar o judiciário do executivo. Por volta de fevereiro de 1993, a Assembléia Nacional tinha passado a emenda constitucional; entretanto esta separação é *de jure* mas não ainda *de facto*, já que a implementação da legislação não foi aprovada mas o governo ainda está operando sob o mesmo ano orçamental (fundos para o ano judicial ainda são providenciados pelo Ministro da Justiça). A equipe de trabalho já preparou dez leis orgânicas que implementariam a emenda Constitucional; tanto o Ministério da Justiça quanto o Presidente da Suprema Corte olham para estes anteprojectos positivamente e tem esperança de que a Assembléia Nacional os aprovará antes das eleições de março. Este grupo de trabalho se beneficiou de uma viagem de estudos financiada pela USAID nos Estados Unidos e no Brasil sobre a Organização das Cortes e de seminário, que contou com a participação ampla em Bissau por um juiz do Município de Montgomery sobre o papel do judiciário numa democracia. A equipe foi altamente efectiva em pressionar pela reforma judicial.

Reforma Comercial: Este grupo de trabalho está focalizado na reforma do Ministro do Comércio e Indústria para que ele possa servir melhor ao Sector Privado. É liderado pelo secretário-geral do ministro, e inclui um conselheiro legal para o Ministro, o chefe do Departamento de Pesquisa, e um conselheiro do IPC. A participação do Sector Privado no Grupo de Trabalho é de base "consultiva"; por exemplo, operadores do Sector Privado foram recrutados para entrevistar empresários sobre a eficiência do Ministério (assumindo-se que enviar um representante do Ministério para fazer o levantamento não resultaria em respostas directas). O trabalho de grupo preparou um relatório sobre os obstáculos ao comércio imposto pelo Ministério e as recomendações de mudanças quanto à organização e o pessoal do Ministério, e manterá logo uma mesa redonda e uma série de workshops para criar apoio público para a reforma.

Estratégia para o Sector Nacional de Agricultura: Este grupo de trabalho da reforma, que consiste de técnicos do Ministério da Agricultura, dois membros do Sector Privado (Associação Nacional de Produtores da Agricultura (ANAG) e a Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura (CCIA)) e a USAID, empreenderam a reelaboração/modernização da Estratégia para o Sector Nacional de Agricultura. A equipe iniciou os trabalhos recentemente. A assistência da USAID continuará a ser feita através do TIPS.

20

SUB-ALVO 2.2

Participação das unidades governamentais apropriadas e grupos de interesse privados no processo de revisão e (re)formulação das políticas, leis e regulamentos

Sub-Alvo 2.2, indicador 1. Associações do Sector Privado estabelecidas participando na revisão da (re)formulação.

Um número significativo de associações do Sector Privado foi criado recentemente para promover/defender os interesses de seus membros. A mais importante é a Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura (CCIA). A USAID foi central para o desenvolvimento institucional da CCIA. Os associados da CCIA somam, a nível nacional, 550 operadores de negócios de pequeno e médio porte agrupados em sete delegações regionais: Bissau, Bafatá, Gabu, Bolama, Cachungo e Farim. O segundo grupo mais importante é a Associação Nacional de Agricultores (ANAG) que tem mais de 800 membros em todo o país. Outros grupos novos do Sector Privado que, como a ANAG também estão associados ao CCIA são:

- Associação de Mulheres Empresárias
- Associação de Jovens Empresários
- Associação de Empresários da Área Civil
- Associação de Plantadores de Caju
- Associação da Indústria Florestal
- Cooperativa dos Fazendeiros (Oeste)
- Associação Nacional das Empresas de Pesca

Também já estão estabelecidas a Associação de Advogados da Guiné Bissau (OAGB) e a Associação de Magistrados da Guiné Bissau.

É importante notar que actualmente há associações do Sector Privado cobrindo quase todas as áreas de interesse do nosso programa e do TIPS (ou seja, a Matriz CGS). Antes da criação do CCIA, nenhuma dessas associações existia. Algumas ainda são frágeis, mas todas já estão exercendo papel como parceiros do Sector Privado no trabalho desenvolvido com o Governo da Guiné Bissau. As mesmas entidades estarão sob o alvo #4 como canais de suporte directo ao Sector Privado na Matriz CGS.

Sub-Alvo 2.2, indicador 2. Unidades governamentais participando da revisão/(re)formulação.

As unidades governamentais listadas abaixo são apenas aquelas trabalhando directamente e construtivamente conosco e com os colegas do Sector Privado para ir ao encontro dos objectivos do nosso programa. (Outros requisitarão, ou serão convidados a se juntar no devido tempo):

Ministérios da Agricultura, Justiça, Comércio e Indústria e das Finanças. Como os parceiros do Sector Privado, estas são instituições-chave para o sucesso do nosso programa.

Sub-Alvo 2.2, Indicador 3. Seminários/workshops por área de interesse do programa.

Jornadas Jurídicas (esforço conjunto financiado pela USAID/Portugal). Os temas foram relacionados à estrutura legal e à adjudicação afetando a actividade económica do Sector Privado. Participação: um público estimado em 400 pessoas da Escola de Advocacia de Bissau, Ministério da Justiça, Suprema Corte, Associação de Advogados da Guiné Bissau, Associação de Magistrados, CCIA, outras associações comerciais, ministérios e indivíduos do Sector Privado.

Três Encontros para Discussão sobre a Modernização da Agricultura na Guiné Bissau. Organizado pelo Ministério da Agricultura, com apoio da Cooperação Portuguesa, Banco Mundial, USAID: 70-120 participantes, da CCIA., ANAG, fazendeiros tradicionais, modernos e comerciais, instituições doadoras e bancos comerciais.

Conferência sobre o Sector de Pescas na Guiné Bissau, Bissau, julho, 1993. Essa Conferência foi organizada pelo MP, em coordenação com os grupos de interesse do Sector Privado para examinar o sector das pescas. Participação: Aproximadamente 70 participantes de vários ministérios, Sector Privado e da comunidade de doadores.

Primeira Conferência Nacional sobre o Setor Florestal (outubro, 1992). A Conferência foi realizada para definir, num contexto intersectorial, a política do governo capaz de preservar e promover o uso racional de produtos florestais. Organizado pelo Directório Geral de Florestas, SOLIDAMI (unidade de coordenação da ONG) e CNA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Financiamento de várias instituições doadoras (Banco Mundial, IUCN, USAID, FAO, CECI) assim como do Governo da Guiné Bissau. Participação 70-100 participantes tanto do Sector Privado quanto do sector publico, incluindo ONGs.

Mesa Redonda sobre o Plano de Acção para a Floresta Tropical. Organizada pelo Ministério da Agricultura. Participação: Vários Ministérios, ONGs, comunidade de doadores.

Seminário Nacional de Apicultura e Técnicas Modernas de Fruticultura. Organizada pela ONG NAFAGONAL, a pedido da ANAG. Participação: 70-100 participantes, na maior parte fazendeiros comerciais modernos e também do sector público.

Conferência Nacional sobre Estratégias para a Agricultura. Organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura. Participação: 90-100 participantes dos sectores público e privado, Secretaria do Estado do Plano, Banco Central, ANAG, CCIA, Ministério da Administração Pública, Ministério do Comércio e da Indústria, Ministério das Finanças, Ministério da Mulher, ONGs, Associações Rurais, Departamento Cadastral, USAID.

Conferência sobre o Papel do Sector Informal na Economia da Guiné Bissau. Participação: 60 participantes, quase todos do Sector Privado, mais a Secretaria de Estado do Plano e indivíduos-chave dos Ministérios das Finanças, e do Comércio e Indústria.

O presidente da Guiné Bissau convidou elementos da CCIA (descrito sob o Sub-Alvo 2.3, Indicador 1) para serem partes da delegação para atender à Conferência de Cúpula dos Governadores do Estados do Sul (dos Estados Unidos) na cidade de Richmond, Estado de Virgínia, EUA.

Sub-Alvo 2.2, Indicador 4. Programas de rádio sobre revisão/(re)formulação, por área de interesse de programa.

A CCIA tem um programa de rádio semanal voltado para a área de negócios.

Sub-Alvo 2.2, Indicador 5. Artigos de jornais sobre a revisão/(re)formulação por área de interesse do programa

A CCIA publica um jornal de negócios mensal que tem seções que relatam as condições gerais do mercado e económicas em geral. O TIPS foi recentemente foco de artigos principais em dois jornais privados. Um terceiro artigo será publicado brevemente.

Sub-Alvo 2.2, Indicador 6. Sessões de alcance às populações tradicionais sobre a revisão/(re)formulação por área de interesse do programa.

Existe um plano para inspeção da lei da terra que foi recentemente revisada (quarto anteprojecto) a nível das tabancas antes da redacção final e apresentação à Assembleia Nacional para aprovação. Estas sessões serão implementadas pelo TIPS.

SUB-ALVO 2.3

Grupos privados seleccionados representam os interesses dos seus grupos nos fóruns sobre políticas, leis e regulamentos

Sub-Alvo 2.3, indicador 1. Associações do Sector Privado que formalmente apóiam ou rejeitam propostas de políticas, leis ou regulamentos por área de interesse/actividade do programa.

A Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura (CCIA) e a Associação Nacional de Agricultura (ANAG) têm sido os grupos de interesse líderes em levantar a voz em oposição a algumas das políticas do governo sobre comércio e investimento. A CCIA critica o actual nível de taxa de juros e o nível de impostos aplicados à exportação de caju. A ANAG quer que o governo devolva uma fracção do lucro que obtém com as exportações de produtos agrícolas. O CCIA se opõe às novas políticas do governo de impor uma taxa adicional de 10% nas colheitas de caju que não foram exportadas no ano passado.

SUB-ALVO 2.4

Habilidade da Assembléa Nacional de (re)formular a legislação melhorada
(eventual papel de coordenador)

Sub-Alvo 2.4, Indicador 1. Estruturas do comité legislativo do Comércio e Investimento e procedimentos desenvolvidos.

Sub-Alvo 2.4, Indicador 2. Número de legisladores e equipe de apoio treinados em Comércio e Investimento.

Sub-Alvo 2.4, Indicador 3. Número de audições públicas sobre legislação sobre Comércio e Investimento feitas, por tópico.

Quaisquer esforços para dar assistência à Assembléa Nacional só podem ser feitos depois das eleições democráticas. Os contratados da TIPS, empregando o Instituto de Desenvolvimento Legislativo na SUNY-Albany, EUA e o ANDAL, no Senado Brasileiro, está completamente preparado para iniciar os trabalhos imediatamente com a Assembléa Nacional.

SUB-ALVO 2.5

Base de recursos humanos e material para a revisão e preparação da
legislação sobre Comércio e Investimento

Sub-Alvo 2.5, Indicador 1. Leis sobre Comércio e Investimento coletadas/indexadas/codificadas, por tópico

Através de um contrato executado pela USAID, o índice da Legislação da Guiné Bissau (1975-1992) foi refinado e instalado no sistema de computadores do Ministério da Justiça, Suprema Corte, Escola de advocacia e do Ministro da Justiça. O treinamento foi providenciado a outros usuários através de manuais de instrução. A USAID financiou a coleta e a impressão de todas as leis da Guiné Bissau em diversas áreas, a mais importante das quais sobre a Legislação Comercial e distribuiu mais de 60 cópias para pessoal-chave na comunidade legal e comercial. Para a maioria deles, essa foi a primeira vez que eles tiveram acesso a tal colecção.

Sub-Alvo 2.5, Indicador 2. Número da equipe do GELD e da Faculdade de Advocacia treinados em Comércio e Investimento.

Veja o sub-alvo 3.4

Sub-Alvo 2.5, Indicador 3. Número de revisões legais consistentes do Comércio e Investimento conduzidas, por tópico.

Um grande parte da pesquisa realizada pela USAID foi coletar, rever e analisar o impacto económico das legislação comercial da Guiné Bissau. O relatório final "Estabelecimento das Prioridades da Reforma Legal - Guiné Bissau" foi publicado em agosto de 1993. Outros estudos relevantes estão listados sob o alvo #1, Indicador 2.

SUB-ALVO 2.6

Implementação do Regulamento Melhorado para Comércio e Investimento

Sub-Alvo 2.6, Indicador 1. Número e tipo de grupos de interesse privados/unidades governamentais que avaliam a implementação dos regulamentos sobre Comércio e Investimento favoravelmente.

Até agora, a USAID não iniciou qualquer acção específica para a implementação dos regulamentos sobre Comércio e Investimento. Tais acções, provavelmente iniciadas com o Código de Investimento, serão empreendidas pelo TIPS em breve.

ALVO 3

Implementação do Regulamento Melhorado para Comércio e Investimento

Como descrito no **Sub-Alvo 2.1, Indicador 1**, a reforma judicial deu grandes passos no ano passado, particularmente no tocante à conclusão da Emenda Constitucional separando o Judiciário do controle do Executivo. A USAID, através do Projecto IPC, esteve intrinsecamente envolvida neste projecto. Até agora, a equipe de trabalho preparou dez leis que dotarão o Judiciário com estrutura, procedimentos de operação e independência orçamentária. Uma destas leis, estabelecendo um sistema de cortes para pequenas causas, foi aprovada pela Assembléia Nacional. O recrutamento de juízes para estas cortes está sendo feito. A USAID assistirá no treinamento destes novos juízes. Impacto adicional a nível do alvo deverá aguardar a implementação da reforma judiciária.

Alvo 3, Indicador 1. Número e tipo de grupo de interesse do Sector Privado e unidades governamentais que avaliam o desempenho da adjudicação do (a) sistema de cortes e (b) tribunais administrativos.

A USAID está compilando dados para estabelecer uma linha de base quanto ao número e a natureza dos casos de adjudicação do Comércio e Investimento pelo sistema de cortes desde 1991. Essa informação para este indicador estará disponível no final de 1993.

SUB-ALVO 3.1

Sistema de cortes reestruturado e melhorado para facilitar a adjucação imparcial e justa de conflitos legais sobre Comércio e Investimento

Sub-Alvo 3.1, Indicador 1. Planos para funções do sistema de estruturas e procedimentos (cortes) desenvolvidos e aprovados.

Como descrito no Sub-Alvo 2.1, o governo da Guiné Bissau adotou um número de reformas judiciais, regulatórias e administrativas no ano passado. A USAID contribuiu para este feito através de assistência técnica, treinamento e assistência financeira. Sob o projecto IPC, um grupo de trabalho composto por oficiais do governo, oficiais judiciais e um advogado particular, membros da Escola de Advocacia e a equipe do IPC prepararam um Plano de Acção para criar um sistema judiciário independente e funcional. (É necessário notar que a equipe de trabalho da reforma judicial usou um diagrama (em forma de árvore) para definir seu plano de acção para a Reforma Judicial.) As estruturas do judiciário serão estabelecidas através das dez leis capacitadoras (que deverão ser aprovadas nos próximos seis meses) escritas pela equipe de trabalho da reforma judiciária. Estas leis cobrem: (1) a organização geral do judiciário; (2) a organização da Suprema Corte; (3) a organização do Conselho Superior dos Magistrados; (4) O Estatutos dos Magistrados (providenciando autoridade legal e enumerando qualificações); (5) A Lei Orgânica do Ministério da Justiça; (6) a organização dos Tribunais Administrativos; (7) a organização do sistema de pequenas causas.

SUB-ALVO 3.2

Unidades governamentais apropriadas para estabelecer mecanismos claros, eficientes e transparentes para a adjucação de ordens judiciais sobre Comércio e Investimento

Sub-Alvo 3.2, Indicador 1. Número e tipo de tribunais administrativos estabelecidos para resolver resoluções de conflitos do Comércio e Investimento.

Sub-Alvo 3.2, Indicador 2. Número e tipo de grupos de interesse privado com membros votantes em cada tribunal.

Um novo sistema de tribunais administrativos será criado através da reforma judiciária; uma das leis capacitadoras descreve a sua estrutura. A Guiné Bissau tinha um Tribunal Administrativo sob as Cortes Civas, responsável pela adjucação dos conflitos entre o indivíduo e o Estado e entre diferentes elementos do Estado. Estas funções foram desde então combinadas no Tribunal de Contas que é, primordialmente, uma corte investigadora que examina gastos do governo (sob o Executivo). Depois da passagem das leis capacitadoras, este Tribunal de Contas passará a responsabilidade de adjucação para a nova corte.

SUB-ALVO 3.3

Sistemas/Leis tradicionais reconhecidos nos estatutos/regulamentações
Comércio e Investimento e respeitados nas cortes e ordens judiciais

Sub-Alvo 3.3, Indicador 1. Número e tipo de (a) estatutos e (b) regulamentos sobre Comércio e Investimento que fazem referências específicas aos sistemas/leis tradicionais.

A USAID participou no desenvolvimento do projecto de lei da terra, que reconhece práticas tradicionais de leis de vários grupos étnicos. Este anteprojecto será logo analisado cuidadosamente por todo o país em acções de envolvimento da população, que será implementada pelo TIPS.

As cortes de pequenas causas devem ser estruturadas de modo que o sistema seja encabeçado por um juiz com treinamento legal com dois assistentes das comunidades locais que providenciarão informações em relação às leis tradicionais. Esses conselheiros sobre as leis tradicionais das comunidades participarão da busca de fatos, farão exame de mão dupla, etc. e fornecerão a perspectiva de sistemas tradicionais para cada caso.

Sub-Alvo 3.3, Indicador 3. Número e tipo de grupos de interesse tradicionais que avaliam o desempenho de adjucação (a) do sistema de cortes e (b) dos tribunais administrativos.

O relatório sob este indicador aguardará o estabelecimento do novo sistema judiciário.

SUB-ALVO 3.4

Experiência de advogados sobre leis e regulamentações melhoradas de
Comércio e Investimento

Sub-Alvo 3.4, Indicador 1. Número de advogados e estudantes de advocacia treinados pela (a) Associação de Advogados e (b) Faculdade de Advocacia em leis e regulamentos sobre o Comércio e Investimento.

A Associação de Advogados não levou a cabo nenhum treinamento. Ela está, no entanto, tentando estabelecer alguns critérios para serem seguidos pelos advogados. A Escola de Advocacia, que foi criada há três anos vai formar a primeira turma de 13 alunos este ano. Todos os estudantes fazem, no último ano, um curso em Legislação Comercial.

Outros treinamentos associados à Escola de advocacia: As Jornadas Jurídicas, mencionadas anteriormente, foram um esforço da escola de advocacia em treinar estudantes em legislação comercial e investimento. Adicionalmente, a USAID, através de um contratado local, compilou, indexou e instalou em computadores localizados na faculdade de Advocacia, na Suprema Corte e no Ministério da Justiça e no Escritório do Procurador Geral Público toda a legislação de Guiné Bissau de 1975 a 1992. A USAID também coletou e distribuiu todas as legislações desde o regime colonial, para essas instituições e outras. Essa foi uma adição muito importante para o funcionamento dessas instituições, que não tinham cópias da legislação da Guiné Bissau antes da assistência da USAID.

ALVO 4

Habilidade de empresários de responder às políticas,
leis e regulamentos melhorados

Ficou logo claro que a nossa missão sob o Alvo #4 era ajudar o Sector Privado a se organizar. Como a lista abaixo demonstra, nosso esforço foi muito bem sucedido. A formação dessas associações teve um impacto real no Sector Privado da Guiné Bissau.

Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura (CCIA)
Associação Nacional de Agricultores (ANAG)
Associação de Mulheres Empresárias
Associação de Jovens Empresários
Associação de Empresários da Área Civil
Associação de Plantadores de Caju
Associação da Indústria Florestal
Cooperativa de Fazendeiros (Oeste)
Associação Nacional das Empresas de Pesca

Nosso trabalho de ajudar a criar e desenvolver a CCIA começou há quase três anos atrás onde não existia nada. A princípio, havia somente uma Câmara de Comércio que, mais tarde foi expandida para representar também os interesses da Agricultura e da Indústria. Com mais de 550 operadores de empresas de pequeno e médio porte, a Câmara é claramente a entidade representativa do Sector Privado melhor organizada no país. Um boletim e um jornal são publicados mensalmente. Outros serviços para seus membros serão promovidos pelo TIPS. A CCIA é reconhecida em sua totalidade pelo Governo da Guiné Bissau e pelo público em geral como a voz do Sector Privado na Guiné Bissau. Seus escritórios funcionam e dão a base para a rápida comunicação e troca de informações com quase todas as partes do país. A Câmara está envolvida em quase todos os aspectos do nosso programa.

A segunda associação do sector mais influente é a ANAG, com 800 membros. Mais recente e muito menos desenvolvida que a Câmara, a ANAG já está tendo um papel importante no nosso programa, de duas formas: (1) diálogo com o Governo da Guiné Bissau para representar os interesses dos produtores nos fóruns de políticas, leis e regulamentos, e (b) servindo como a ligação operacional entre o programa/TIPS com aqueles envolvidos com a produção, processamento e mercadização de caju, frutas e outros produtos agrícolas.

É interessante notar que os 600 membros da Associação de Produtores de Caju foi formada em resposta à percepção que tanto a ANAG quanto a Câmara estavam dominadas por interesses comerciais e que os produtores de caju precisavam de sua própria organização para representar os interesses de seus membros. Felizmente, e com algum encorajamento da USAID, as associações privadas também desenvolveram outras áreas-chaves para o nosso programa, ou seja, florestas, produtos florestais e pesca.

Planejamos dar assistência a todas estas entidades privadas sob o TIPS. Temos quase certeza que a Câmara se tornará um tipo de federação nacional privada, com a qual todas as outras associações privadas estarão afiliadas. Isto é um passo crítico à medida em que o Sector Privado deve se expressar ao governo (e instituições doadoras) com uma voz poderosa. Diferenças de interesses deveriam ser resolvidas dentro do próprio Sector Privado (na CCIA) antes que o Sector Privado se expresse em relação a políticas específicas, legislação ou regulamentação.

Alvo 4, Indicador 1. Número, tamanho e tipo de novas empresas e "joint-ventures" estabelecidas.

ACTIVIDADES COMERCIAIS				
	Julho de 1991	Dezembro de 1992	Aumento	(%) de Aumento
Importação/Exportação	304	397	93	30,6
Varejo	65	122	57	87,7
Atacado	1,510	1,919	409	27,1
Agente Comercial	26	27	1	3,8
Total	1,905	2,465	506	29,4

Fontes: Ministério do Comércio

Firmas que obtiveram isenção de impostos sob o Código de Investimento, desde 1991, por sector.

Tipo de Firma	Número de Firmas	Porcentagem
Indústria (Processamento)	16	57,1
Pesca	3	10,7
Turismo	1	3,6
Construção	2	7,1
Transporte	3	10,7
Mercadização Agrícola	1	3,6
Rebanhos	1	3,6
Comércio	1	3,6
TOTAL	28	100

Fontes: Ministério das Finanças

Estes números mostram claramente que existe crescimento no Sector Privado. Os guineenses e alguns estrangeiros estão suficientemente confiantes quanto à direcção que a reforma das políticas, leis e regulamentos estão tomando para arriscar seu escasso capital. O TIPS estará trabalhando para encorajar esta tendência.

2/1

Alvo 4. Indicador 2. Número, tamanho e tipo de firmas existentes operando negócios de exportação crescentes e bem sucedidos.

Com a exceção de nosso programa-piloto para a exportação de mangas (veja a narrativa sobre o Indicador Estratégico, Objectivo 2) não pudemos ainda fornecer uma assistência directa à promoção de exportação, excepto para as missões de comércio sob o **Sub-Alvo 4.2**. O TIPS iniciará tais actividades em 1994.

SUB-ALVO 4.1

Grupos de interesse privados que prestam serviços de apoio ao Comércio e Investimento directo aos seus membros

Sub-Alvo 4.1, Indicador 1. Número e tipo de (a) programas de treinamento e (b) relatórios pesquisa/mercado, (c) outras publicações do Comércio e Investimento fornecidas aos empresários da matriz CGS.

(a) Programas Comércio e Investimento

1. Seminar in International Marketing of Commodities (Seminário sobre o Comércio Internacional de Mercadorias), Itália - Quadro Legal e Institucional do Comércio Internacional. Dois participantes do Ministério do Comércio e Indústria, (MCI), e dois do CCIA, todos financiados pela USAID.
2. Workshop on Export Market Entry Strategies, (Workshop sobre as Estratégias de Entrada em Mercados) Gana - três empresários do setor privado participaram, todos financiados pela USAID.
3. Department of Industry (MCI)/UNDP Seminar in Business Initiatives (Departamento da Indústria (MCI)/UNDP Seminário sobre Iniciativas Comerciais), Bissau - Membros da Câmara de Comércio participaram, entre outros.
4. USAID/Africare Short-term Training in Business and Rural Vocational Skills (Treinamento de Curto Prazo em Negócios e Talentos Vocacionais Rurais da USAID/Africare), Guiné Bissau - Participantes do Sector Privado somente.
5. Training in Agri-Industry Development (Desenvolvimento da Agroindústria), Brasil - (financiado pela USAID/Embaixada Brasileira).

(b) Relatórios de pesquisa/mercados Comércio e Investimento

Estes estudos foram distribuídos às partes interessadas do Sector Privado:

1. Rice marketing in Guinea-Bissau: A Study to Develop Information for Policy Makers (A Mercadologia do Arroz na Guiné Bissau: Um Estudo para Fornecimento de Informações para Elaboradores de Políticas), relatório (financiado pela USAID)
2. The Ponerios Census: Descriptive Results and Economic Analysis (Censo sobre Ponteiros: Descrição dos Resultados e Análise Económica), relatório (financiado pela USAID)
3. Cacheu River Estuary Shrimp/Prawn and/or Oyster Resource Production Potential Assessment (Levantamento do Potencial de Produção dos Recursos de Ostras, Camarão/Pitu no estuário do Rio Cacheu) relatório (financiado pela USAID)
4. Guinea-Bissau Border Trade (Comércio na Fronteira da Guiné Bissau), relatório (financiado pela USAID)
5. Guinea-Bissau Informal Sector of the Economy (O Setor Informal na Economia da Guiné Bissau), workshop/ relatório (financiado pela USAID)
6. REDSO/WCA Multi-mission Study on Regional Agriculture Export Market (REDSO/WCA Estudo Multidisciplinar sobre o Mercado de Exportações da Agricultura Regional). A Guiné Bissau se beneficiou de um estudo sobre o Mercado Português para a produção hortifrutícola guineense.

7. Ministry of Agriculture/World Bank Study/Action Plan on the Modernization of the Agricultural Sector (Plano de Estudo/Ação sobre a Modernização da Agricultura do Ministério da Agricultura/Banco Mundial) .
8. Report/workshops on the Impact of the Laws and Regulations on Trade and Investment (Relatório/Workshop Sobre o Impacto de Leis e Regulamentos sobre o Comércio e Investimento) (financiado pela USAID).

(c) Outras Publicações sobre Comércio e Investimento disponíveis aos empresários dentro do CGS.

1. Publicações Mensais sobre o Índice de Preços Secretaria do Estado do Plano
2. Estatísticas Anuais da Agricultura - Ministério da Agricultura
3. Censo sobre a Agricultura (publicação anual) Ministério da Agricultura
4. Boletins da Campanha Agrícola - Ministério da Agricultura
5. Boletim Oficial - Imprensa Nacional (publica os decretos, legislação e outras notícias do setor público/governamental)
6. Informação sobre o Câmbio - Banco Internacional da Guiné Bissau
7. Boletim e Jornal da Câmara de Comércio
8. Boletim Trimestral do Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola
9. Boletim Trimestral da Associação de Gerentes e Empresários Portugueses
10. Relatórios anuais e publicações semestrais do Banco Central

Excepto as publicações do Ministério da Agricultura, estas são publicações relativamente novas que estão disponíveis aos empresários.

SUB-ALVO 4.2

Grupos de interesse privado e unidades governamentais apropriadas que prestam serviços promocionais no "CGS"

Sub-Alvo 4.2, Indicador 1. Número e tipo de (a) materiais promocionais e (b) missões de Comércio e Investimento executadas.

Materiais Promocionais sobre Comércio e Investimento

Nenhum material preparado até agora. Um levantamento recente terminado sobre as possibilidades de promoção do Comércio e Investimento na Guiné Bissau determinaram que o GAI, uma entidade do Sector Publico, não é, provavelmente, um bom investimento para a promoção do Comércio e Investimento sob o TIPS. Estamos fazendo a prospecção da possibilidade de alguma forma transferir esta função para a CCIA, possivelmente com alguma participação do GAI.

Missões de Comercio Comércio e Investimento

1. Missão de Comércio Pública/Privada - Portugal - 10 participantes (financiada pela USAID)
2. Missão de Comércio Pública/Privada - Cabo-Verde - 10 participantes (financiada pela USAID)
3. Missão de Comércio Pública/Privada - Brasil - 6 participantes (financiada pela USAID)
4. Encontro de Governadores dos Estados do Sul dos Estados Unidos - 3 membros do Câmara de Comércio e da Secretaria de Estado do Plano (financiada pela USAID)

Annex A -- USAID/Bissau Program Logframe
and modifications made this API

152

Level	Objective Statement	Indicators
Goal	Market-Oriented Economic Growth that is Broad-Based and Sustainable	1. Economic Growth: GDP real growth rate. 2. Broad-Based: Rural households' "income". 3.a. Market-Oriented: Rural households' money income. 3.b. Market-Oriented: Administratively determined prices. 4.a. Sustainable: Current account deficit. 4.b. Sustainable: Government budget deficit.
Strategic Objective	Private Sector Trade and Investment (T&I) increased in critical growth sub-sectors through Improved Governance	1. <u>Domestic Trade</u> a. Formal sector. # of commercial firms registered increased by 25% over 1992. b. Semi-formal sector. # of applications for stalls at formal markets increased by 25% over 1992. c. Informal sector. # of rural households reporting (i) money income, (ii) part of production sold, and (iii) part of consumption purchased increased by 25% over 1992. 2. <u>External Trade</u> a. Export earnings increased by 25% over 1992 for Cashews, Fish and Fish Products, World Products, Fruits and Vegetables b. Productive input (capital goods) component of imports increased by 25% over 1992 3. <u>Investment</u> a. # (value) of foreign and domestic firms granted customs exemptions under new investment laws increased by 100% over 1992. b. Private investment increased to around 5% of GDP.
Target 1	Technical/analytical base for planning T&I policy, legal and regulatory reform and for providing direct T&I support to the private sector improved in the critical growth sub-sectors.	1. Status of research/analysis/knowledge specific to CGS products. 2. Status of research/analysis/knowledge for general private sector constraints and issues.
- Sub-Target 1.1	Private/Public sector commissions and/or working groups <u>coordinate</u> process of developing and executing research/analysis agenda.	1. Commissions established 2. Number and type of commissions meetings, by topic. 3. Number and type of research/analysis work groups established, by topic. 4. Number and type of work group meetings, by topic
- Sub-Target 1.2	Private interest groups and appropriate government units <u>participate</u> in process of developing and executing research/analysis agenda.	1. Number and type of groups/units participating in commissions/work group meetings, by topic 2. Number and type of groups/units participating in research/analysis, by topic

BEST AVAILABLE COPY

53

Target 2	Policy, legal and regulatory environment for increased private T&I in the critical growth sub-sectors improved.	Status of policy, legal and regulatory environment for private sector activity in general
- Sub-Target 2.1	Private/public sector commissions and/or working groups <u>coordinate</u> process of policy, legal and regulatory reform.	1. Public/private sector commissions and/or working groups established, by area of program interest/activity.
- Sub-Target 2.2	Private interest groups and appropriate governmental units <u>participate</u> in process of reviewing and (re)formulating policies, statutes and regulations.	1. Private sector associations established and now participating in review/(re)formulation. 2. Governmental units participating in review/(re)formulation. 3. Formal seminars/workshops by area of program interest. 4. Radio programs about review/(re)formulation, by area of program interest. 5. Newspaper articles about review/(re)formulation, by area of program interest. 6. Outreach sessions to traditional populations about review/(re)formulation, by area of program interest.
- Sub-Target 2.3	Selected private groups represent their members' interests in policy, legal and regulatory fora.	1. Private sector associations formally endorsing or rejecting specific policy, legal or regulatory proposals by area of program interest/activity.
- Sub-Target 2.4	Ability of National Assembly to (re)formulate T&I legislation improved (eventual coordinating role)	1. T&I legislative committee structures and procedures developed. 2. Number of legislators and support staff trained in T&I. 3. Number of public hearings on T&I legislation held, by topic.
- Sub-Target 2.5	Material and human base for T&I law review and drafting improved.	1. T&I laws collected/indexed/codified, by topic. 2. Number of GELD staff and Law Faculty students trained in T&I. 3. Number of T&I legal consistency reviews conducted, by topic.
- Sub-Target 2.6	Implementation of T&I regulations improved.	1. Number and type of private interest groups/governmental units that favorably evaluate implementation of T&I regulations.

BEST AVAILABLE COPY

Level	Objective Statement	Indicators
Target 3	Adjudication of T&I legal and regulatory conflict improved	<ol style="list-style-type: none"> 1. Number and type of private sector interest groups and governmental units favorably evaluating adjudicatory performance of (a) court system and (b) administrative tribunals. 2. Number of T&I cases adjudicated by (a) court system and (b) administrative tribunals.
- Sub-Target 3.1	Formal court system restructured and upgraded to facilitate fair and impartial adjudication of T&I legal conflict.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plans for judicial (court) system functions, structures, and procedures developed and approved. 2. Number and type of court officers, law adjudicators and support staff trained in T&I statutes and court procedures. 3. Judicial structures established and procedures implemented.
- Sub-Target 3.2	Appropriate governmental units establish clear, transparent and efficient mechanisms for the administrative adjudication of T&I rulings.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Number and type of administrative tribunals established to handle T&I conflict-resolution. 2. Number and type of private interest groups having voting membership on each tribunal.
- Sub-Target 3.3	Traditional law/systems recognized in T&I statutes/regulations and respected in court and administrative T&I rulings.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Number and type of T&I (a) statutes and (b) regulations that make specific reference to traditional law/systems. 2. Number and type of traditional interest groups favorably evaluating (a) court system and (b) administrative tribunal adjudicatory performance.
- Sub-Target 3.4	Lawyers' expertise in T&I laws and regulations improved.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Number of lawyers and law students trained by (a) the Bar Association and (b) Faculty of Law in T&I laws and regulations.
Target 4	Ability of entrepreneurs to respond to improved policy, legal and regulatory environment improved.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Number, size and type of new business entities and joint ventures established 2. Number, size and type of existing firms expanded and successful export ventures operating
- Sub-Target 4.1	Selected private interest groups (e.g. C of C) provide CGS-related T&I support services directly to their members.	Number and type of T&I (a) training programs, (b) research/market reports, (c) other publications provided entrepreneurs in the CGS via the C of C or other entities.
- Sub-Target 4.2	Selected private interest groups (e.g. C of C) and appropriate governmental units (e.g. GAI) provide T&I promotional services in the CGS.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Number and type of (a) T&I promotional materials and (b) T&I trade mission executed via C of C and/or GAI.

BEST AVAILABLE COPY

Modifications to the Program Logframe and to Indicators made this API

One and a half years of additional experience of working in the Guinea-Bissau context has led us to modify some of the Sub-Targets and many of the indicators in the Program Logframe for our first API. Most of the modifications to indicators are done to clarify what we wish to measure or to substitute proxies for indicators impossible to collect. The modifications to Sub-Targets come from a realization that the reformers of Guinea-Bissau are not proceeding as we expected; rather, they are moving in a more fluid style that is even more participatory than we could have imagined.

Goal - We have clarified a number of indicators. For all goal indicators, we replaced the phrase "1992 through 1998" or "1993 through 1998" with "over the PSP period" to make the prose less confusing.

4(a). Same indicator, but text changed to clarify that we will measure an average annual rate, so we should see by 1998 that the current account deficit dropped by an annual average of 3% over 1992-1998. Previous text suggested an annual decrease of 3%, which is impossible given the constant flux of current account in any open economy.

4(b). Same indicator, but text changed to clarify that we will measure the primary deficit as a percentage (to reduce fluctuating peso effects) and to measure an annual average decrease by the end of the period. Previous text suggested an annual decrease, virtually impossible given that the government relies so heavily on customs duties for revenue.

Strategic Objective - Changed Indicator 3(a) from "applications approved and implemented in the CGS" to "firms granted customs exemptions". The latter indicator was proving difficult to collect from the government Investment Promotion Office (GAI), so the new indicator will serve as a proxy.

Target 1 - We found that the indicator determined in May of 1992 was too constraining to accurately measure the status of the technical/analytical base here in Guinea-Bissau. By imposing a logic of sequential steps, the indicator would have served well to tell us how our own USAID research was proceeding but did not help us measure the overall state of knowledge of the CGS here in Guinea-Bissau. We have substituted two indicators, one for the level of knowledge in the CGS-specific products, and another for constraints and issues cutting across the private sector generally.

Sub-Target 1.1 - We have added the words "and/or working groups" to the Sub-Target statement to better reflect the way Guineans are proceeding with their reforms.

Target 2 - The proposed change in indicators, and our thinking behind it, is thoroughly described in the main body of text. We also made changes in the indicators for the subtargets. Generally speaking, we found that counting groups and meetings is not sufficient to measure participation in a reform process. Rather, the sheer number of associations forming in Guinea-Bissau and their desire to speak on issues affecting them is a better indication of the changes occurring here.

Sub-Target 2.1 - As with the parallel Sub-Target 1.1, we have added the words "and/or working groups" to the Sub-Target statement to better reflect the way Guineans are proceeding with their reforms.

Sub-Target 2.5 - We have modified somewhat the text of the Sub-Target statement to reflect the fact that most of our work on increase the capacity for drafting of laws will be in the National Assembly after the elections, not with GELD.

BEST AVAILABLE COPY

NOT AVAILABLE

56

Target 3 - No changes.

Target 4 - We have removed the "e.g."s from the Sub-Target statements since there are many and various organizations now involved in these activities.

157

APPENDIX 1: TIPS Bibliographic Review Data Input Form

Analyst: [] Alcalá [] David [] Julieta [] Monica [] Karen

Bibliographic Information

(keyed to Labat-Anderson On-Line Catalog Format)

Document Number: _____ Physical Location: _____ page: _____

Title:

Author:

Date of Publication: _____ Publisher: _____

Social Demographic Data:

[]₁Individuals []₂Households []₃Stalls []₄Organizations []₅Firms []₆_____

Economic Data

Year referred to by the data: 19__

Data actually gathered: 19__

Critical Growth Sector:

- []₁Production []₂Processing
- []₃Domestic Marketing []₄Export Marketing
- []₅General Commerce []₆Product Specific Commerce
- []₇General Service []₈Product Specific Services

Product:

[]₁Rice []₂Cashew []₃Fruit []₄Vegetable []₅Forest []₆Fish

Source of Data: []₁Original []₂Secondary

Unit: _____ []₁\$pg []₂\$US []₃kg []₄Ton []₅Tonelada []₆% []₇# []₈Ha []₉_____

Period: []₁Annual []₂Quarter []₃Month []₄Week []₅Day []₆Periodo []₇Hour []₈Job []₉Season

Index: []₁ Price []₂CPI []₃GDP []₄Inflation []₅Other_____

Government Revenue: []₁Tax []₂Other

Government Expense: []₁Government Consumption []₂Government Investment

Private Revenue: []₁Salary []₂Sales []₃Barter []₄Other Income

Private Expense: []₁Consumption []₂Investment

External Factors:

[]₁ Social []₂Political []₃Physical []₄Financial []₅Environmental

Constraints:

[]₁ Policy []₂Legal/regulatory []₃Judicial/Administrative []₄Custom/tradition []₅Direct Assistance

Opportunities:

Insights:

Keywords:

**APPENDIX 2: TIPS Bibliographic Data Base
Structure**

Field Number	Field Name	Type	Field Size	Field	Content	Interpretation Example
1	Analyst	A	10	1	Alcala	
				2		David
				3		Julieta
				4		Monica
				5		Karen
2	Doc_ID	N	3	237	93_0237	
3	Page	N	4	379	pp 379-421	
4	Title	A	50		Uma Nova Le da Terra	
5	Author	A	20	Bruce		
6	Social/ Demographic	A	20			
				1		Individuals
				2		Households
				3		Stalls
				4		Organizations
				5		Firms
				6		Other
7	Ref Year	Date	2		91	1991
8	Year Gathered	Date	2		92	1992
9	CGS	A	30			
				1		Production
				2		Processing
				3		Domestic_Marketing
				4		Export_Marketing
				5		General_Commerce
				6		General_Service
				7		Product_Specific_Commerce
				8		Product_Specific Service
10	Product	A	10			
				1		Rice
				2		Cashew
				3		Fruit
				4		Vegetable
				5		Forest
				6		Fish
11	Source of Data	N	1			
				1		Original
				2		Secondary
12	Amount	N	10		314159287	

Data Structure for TIPS Project

ID	Unit				
				3	Guinean Pesos
				4	Dollars
				5	Kilograms
				6	Ton
				7	Tonelada
				8	Per Cent
				9	Pounds
					Hectares
					Other
14	Period	A	10	1	Annual
				2	Quarterly
				3	Month
				4	Week
				5	Day
				6	Periodo
				7	Hour
				8	Job
				9	Season
15	Index	A	10	1	Price
				2	Consumer Price Index
				3	GDP
				4	Inflation
				5	Other
16	Government Revenue	N		1	
				1	Taxes
				2	Other
17	Government Expense	N		1	
				1	Consumption
				2	Investment
18	Private Revenue	A	10	1	Salary
				2	Sales
				3	Barter
				4	Other Income
19	Private Expense	A	10	1	Consumption
				2	Investment
20	External Factors	A	15	1	Social
				2	Political
				3	Physical
				4	Financial
				5	Environmental
21	Constraints	A	25	1	Policy

BEST AVAILABLE COPY

60

1

Data Structure for TIPS Project

				Legal/regulatory
				Judicial/Administrative
			4	Financial
			5	Environmental
			6	Human Resources
			7	Infrastructure
22	Opportunities	Memo		
23	Insights	Memo		
24	Keywords	A	240	A3, Fruit, Export, Blacken

BEST AVAILABLE COPY

(6)

APPENDIX 3: A Note on Data Base Design

Key fields in all the data bases listed below are:

Contract Goals: Contract Primary Objectives: Critical Growth Sector Dimensions: Critical Growth Sector Cells:	Contract Goal Indicator Primary Objective Indicator (fish, production...) (fish-production...)
--	---

	1) Data	2) Documents	3) Text	4) Organizations	5) Expertise
To Be Done:	Refine Form and Continue Inventory	Import USAIDLIC and establish routine update procedure	Index Memos and establish routine update procedure	Creat Form create data base and establish routine update procedure NB: this information of use in identifying "External Factors"	Create form create data base and establish routine update procedure

62

APPENDIX 4: (Preliminary) List of Organizations and Contacts

AGENCY	INFORMANT	POST.	INSIGHTS	INTERVIEWER
Banco Central	Luis Candido Ribeiro	Governador		Alcala, Karen, David, John
Banco Central	Aguinaldo Enbalo	Adminisdrador		Alcala, Karen, David, John
SOLIDAMI				List of NGOs Karen, David
Chamber of Commerce	Bagi			Alcala
Ministry of Finance	Issuf Sanha			Alcala
Ministry of Commerce	Malam Djawra			Alcala
Ministry of Rural & Ag. Devel.	Maria Rosa Evora Ferreira			Controls Export of Julieta Fruit & Vegetables via Health Certificate
	Elena Semedo			
	Manuel Malam Dabo			
World Bank	Yves J. Tencalla	Director		John, David
Ministry of Finance	Wilson Cruz			John, David
Emprendimentos Sistemas Informaticas Consultoria	Wilson Cruz Nelida Vasquez			John, David
UNTG Uniao Nacional dos Trabalhadores da G-B	Julio Nahago Domingus Cardoso	Chefe do Departamento, Administracao Financas e Patrimonio Coordinador do Conselho Central da UNTG		Julieta Monica
Ministerio da Reforma Administrativa	Dr, Antonio de Jesus Simao Mendes			Julieta Monica

e Formacao Profissional

Director Geral de Trabalho Emprego
e Formacao Profissional

Service Holandes de Cooperacao	Vicente Pougara Program Officer		Julieta Monica
MORA Programa de Incentivo Rural		Mamadu Mane George Semedo	Julieta Monica Gestor
Comunidade Paul Gomis Economica		Documentaliste/Archiviste	Julieta Monica
Gabinete de Euclides de Carvalho Apoio ao Investimentos			Alcala Karen
Servicos Meteorologicos	Franco Dias		Alcala Karen
Cooperacao Internacional Europea	Jose Biai		Alcala Karen
Ministry of Rural Development	Rachid Sow Jose Biai	GAPLA Forestry	Alcala Karen
Ministry of Fisheries	Jose Tome Yaz		Alcala Karen
Africare	Sandra Clarke		Karen David Alcala
Instituto Nacional Estudos e Pesquisa Aquino Duarte		Economista Coordenador do Gabicon	
Ministerio das Obras Publicas Sebastiao de Pina			
Ministerio Educacao Nacional Dr. Jose Veira		Direccao Geral de Administracao e Financas e Projectos	
A.S.D.I. Swedish Agency for International Development		Gaide Baide Project Officer	

USAID/Bissau

Assessment of Program Impact 1993

APPENDIX 6: Sample Report from Preliminary Search of TIPS Data Base

Structure for TIPS Project

Field Number	Field Name	Field Type	Field Size	Content	Interperetation	Example
	Analyst	A	10	1 2 3 4 5	Alcala David Julieta Monica Karen	
	Doc_ID	N	3	237	93_0237	
	Page	N	4	379	pp 379-421	
	Title	A	50		Uma Nova Le da Terra	
	Author	A	20	Bruce		
	Social/ Demographic	A	20	1 2 3 4 5 6	Individuals Households Stalls Organizations Firms Other	
	Ref Year	Date	2	91	1991	
	Year Gathered	Date	2	92	1992	
	CGS	A	30	1 2 3 4 5 6 7 8	Production Processing Domestic_Marketing Export_Marketing General_Commerce General_Service Product_Specific_Commerce Product_Specific_Service	
	Product	A	10	1 2 3 4 5 6	Rice Cashew Fruit Vegetable Forest Fish	
	Source of Data	N	1	1	Original	

106

Field Name	Field Type	Field Size	Content	Interperetation	Example
Amount	A	10	31415 9287	Secondary	
Unit	A	10	1 2 3 4 5 6 7 8 9	Guinean Pesos Dollars Kilograms Ton Tonelada Per Cent Pounds Hectares Other	
Period	A	10	1 2 3 4 5 6 7 8 9	Annual Quarterly Month Week Day Periodo Hour Job Season	
Index	A	10	1 2 3 4 5	Price Consumer Price Index GDP Inflation Other	
Government Revenue	N	1	1 2	Taxes Other	
Government Expense	N	1	1 2	Consumption Investment	
Private Revenue	A	10	1 2 3 4	Salary Sales Barter Other Income	
Private Expense	A	10	1 2	Consumption Investment	
External Factors	A	15	1	Social	

67